

REVISTA DE SEGUROS

• SEGURO GARANTIA MIRA
OBRAS NO PRAZO E DE MELHOR
QUALIDADE TÉCNICA

• ACIDENTES ELÉTRICOS
SOBEM E COLOCAM POR UM
FIO VIDAS E PATRIMÔNIO

• CRIME ORGANIZADO
GERA CUSTOS OCULTOS À
ECONOMIA FORMAL

AÇÕES EMERGENCIAIS TENTAM CONTROLAR RISCOS CLIMÁTICOS



Uma jornada inovadora tem início e meio, mas nunca um fim.

Estude na Escola de Negócios e Seguros, a maior instituição de ensino especializada em Seguros da América Latina.

- GRADUAÇÃO
- PÓS-GRADUAÇÃO
- MBA
- IMERSÕES INTERNACIONAIS
- CERTIFICAÇÕES AVANÇADAS
- E MUITO MAIS!



CONHEÇA MAIS
SOBRE A ENS EM:
ens.edu.br
0800 025 3322

📍 NOSSAS UNIDADES

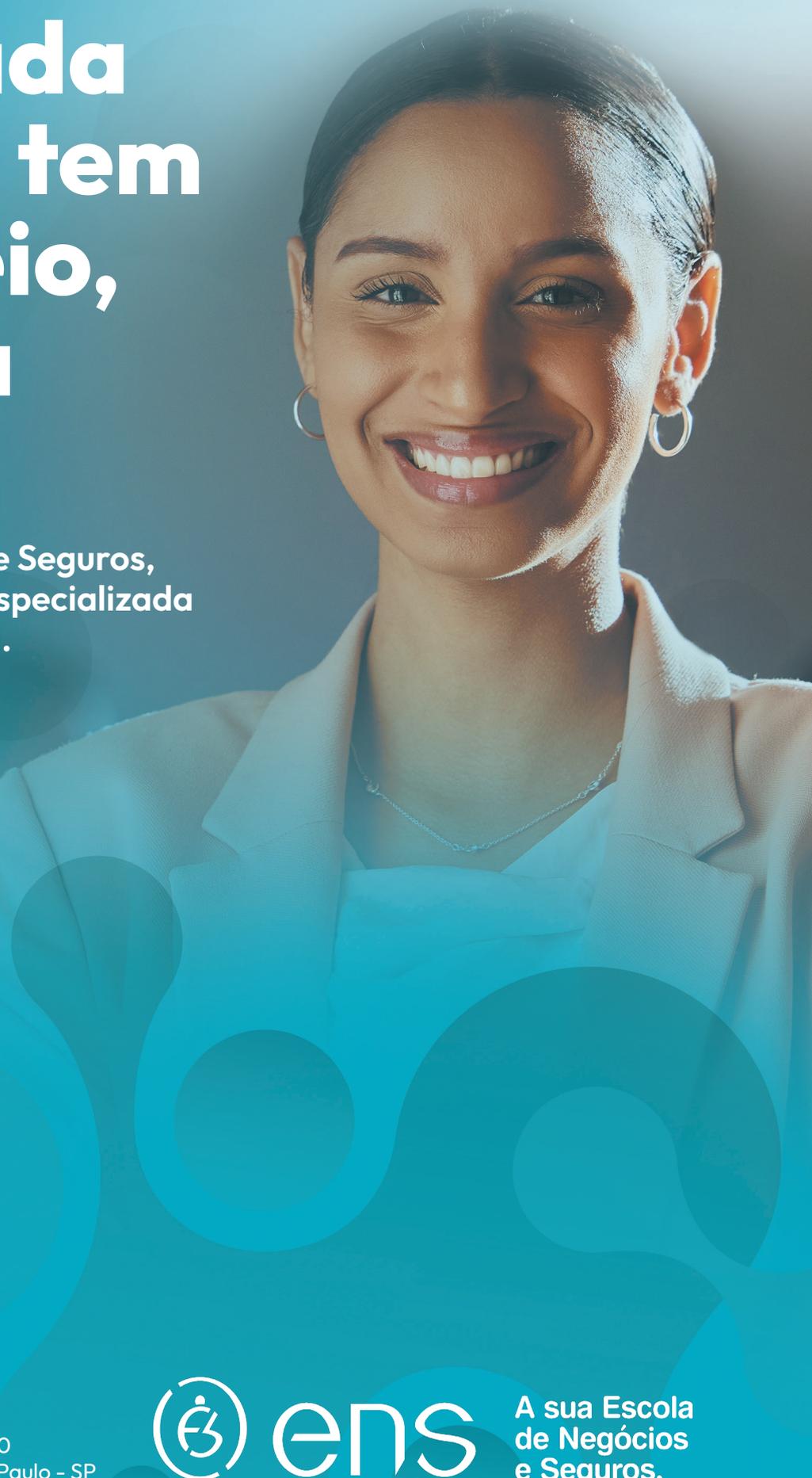
Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas, 74
Centro, Rio de Janeiro - RJ

São Paulo
Rua Augusta, 1600
Consolação, São Paulo - SP



ens

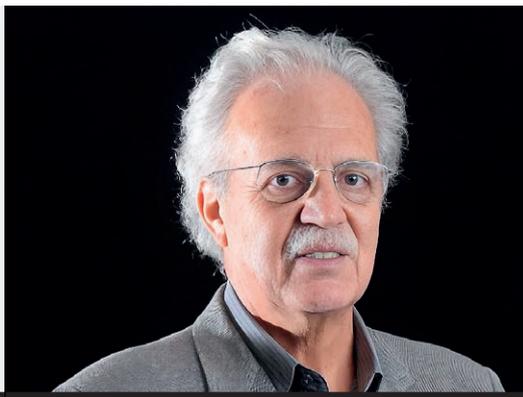
A sua Escola
de Negócios
e Seguros.



06

ENTREVISTA

O climatologista Carlos Nobre diz que ações de adaptação às mudanças climáticas devem ser adotadas "para ontem", porque a temperatura pode subir 1,5 grau ou mais e intensificar os eventos climáticos extremos.



24

JUROS BÁSICOS

Majoria das instituições prevê que a Selic permanecerá na casa de dois dígitos em dezembro. A pausa no corte da taxa básica, na reunião de junho, indica uma piora da percepção da conjuntura doméstica e do cenário externo.



14

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A severidade das enchentes no Rio Grande do Sul ampliou o número de ramos e modalidades de seguros acionados para pagar danos causados pelas chuvas. Os pedidos de indenização até junho somam R\$ 4 bi, mas vão subir bastante.

28

SEGURO GARANTIA

Após a reformulação da lei que entrou em vigor em janeiro deste ano, a modalidade *step-in* do Seguro Garantia foi estendida até a conclusão da obra, tornando-o um instrumento de desenvolvimento social e em prol da infraestrutura.

10

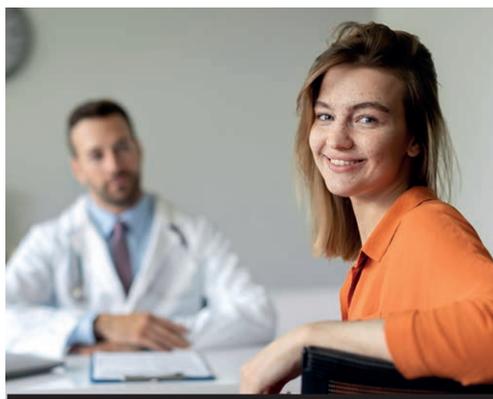
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil deve ampliar os recursos empregados na transição energética para barrar os efeitos das intempéries do clima. Em 2023, esses investimentos somaram US\$ 34,8 bi.

18

EXPECTATIVA DE VIDA

Em rota de crescimento mesmo após a pandemia, a longevidade do brasileiro é uma conquista que tem repercussões econômicas e sociais, com reflexo preocupante nos custos com cuidados da saúde e pagamentos da previdência.



20

SAÚDE SUPLEMENTAR

Fatores conjunturais, como a renda e a oferta de empregos menores, tornam os jovens mais propensos a desistir dos planos de saúde, colocando em risco o pacto intergeracional e a sustentabilidade do sistema.

34

GRUPO GT SUSEP

Confira os próximos passos para materializar as ações propostas no relatório final do Grupo de Trabalho "Seguros, Novo PAC e Neoindustrialização", criado pela Susep, em 2023, para destacar os seguros que darão suporte a obras de infraestrutura.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTE

Luciano Soares e Pablo dos Santos Meneses

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
Denís dos Santos Morais, Edson Luis Franco e Manoel
Antonio Peres

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

DIRETORES

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo
Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da
Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder
Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke
Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas
Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão,
Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Véículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITOR DE IMAGEM

Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo
Lins, Glauce Carvalho

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Bianca Rocha, Célia Perrone,
Cintia Nunes, Mário Moreira, Tiago Pegon, Vagner
Ricardo e Vera Batista

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner
Carmo CBAAt.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Kleber Batista Mattoso

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e
Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
<https://revistadeseguros.cnseg.org.br/>
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center - salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 2.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**Conheça a
Conjuntura
CNseg**

.....

**Análise mensal que
avalia aspectos
econômicos, políticos,
sociais que podem
influenciar o Setor
Segurador Brasileiro.**

CNseg

Acesse, leia e faça download
de todas as edições.

cnseg.org.br



DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL INCLUEM PRESENÇA ATIVA DO MERCADO SEGURADOR

A série de reportagens sobre causas e efeitos das mudanças climáticas promove uma imersão em um tema vital para o futuro de todos. Nesta edição, a matéria de capa debate a transição energética, porque, sem seu avanço, os demais passos não terão a efetividade exigida para limitar o aumento do aquecimento da temperatura em 1,5 grau até 2050. Motivo? A queima de combustíveis fósseis é apontada como uma das principais responsáveis pelo aquecimento do planeta, dadas as emissões de gases de efeito estufa.

O Brasil ocupa um lugar privilegiado na transição por ter uma matriz energética mais limpa e renovável, mas seus desafios não são menores que os do restante do mundo — em síntese, porque a transição energética é apenas uma fase, ainda que fundamental, de um processo mais amplo de descarbonização.

O fato é que se desmantelou a ilusão de que os eventos climáticos devastadores não ocorreriam no Brasil. As recentes inundações no Rio Grande do Sul, que impactaram vidas e patrimônios, somam-se às ondas de calor por todo o País e à seca histórica da Amazônia, indicando, ao que parece,

um novo padrão de severidade dos desastres naturais. Não por acaso, uma das matérias detalha a dimensão da tragédia do Sul e trata do papel das seguradoras na recuperação do Estado, ao agilizar o pagamento das indenizações causadas pelas enchentes recordes de maio. Uma demonstração do protagonismo do setor na mitigação de perdas e retomada de atividades.

Aliás, em entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, o cientista Carlos Nobre, referência mundial em estudos sobre mudanças climáticas, adverte que a temperatura já superou ligeiramente o teto de 1,5 grau de alta nos últimos meses, motivando os novos padrão e frequência dos desastres naturais em todo o mundo. Como consequência, todas as medidas para evitar que a temperatura ultrapasse o teto de 1,5 grau tornam-se emergenciais e, ainda assim, não há garantias de que biomas como o da Amazônia e o do Cerrado não terão perdas definitivas nas próximas décadas, afetando a qualidade de vida nas cidades, a flora e a fauna do País.

Virando a página, confira ainda os próximos passos para materializar as ações do Relatório

Final do Grupo de Trabalho “Seguros, Novo PAC e Neointustrialização” da Susep, publicado em abril, e os ramos e modalidades de seguros que serão mais demandados para garantir a entrega de obras diversas para modernizar a infraestrutura brasileira.

O fenômeno da longevidade e suas repercussões econômicas e sociais são temas também debatidos nesta edição, tendo em vista seus extraordinários impactos nas despesas públicas, sobretudo em custeio de saúde e Previdência Social, além de exigir gestão ajustada das seguradoras para suportar custos maiores.

Esta edição trata ainda de um risco silencioso presente em todos os lares: os acidentes causados por choques elétricos. Dados ratificam que o descuido com a fiação elétrica pode causar incêndios e mortes — essa evolução já é captada pelas apólices que envolvem proteção por danos elétricos. A Região Nordeste lidera os casos de mortes, enquanto no Sul prevalecem os incêndios causados pelos curtos-circuitos.

Boa leitura!

O RS ESTREIA UM NOVO PADRÃO DE EXTREMOS CLIMÁTICOS?

Se havia dúvidas sobre o poder devastador dos eventos climáticos extremos, as enchentes do Rio Grande do Sul as dissiparam de vez. É a conta a pagar pelo aquecimento da temperatura global, que já alcançou o teto de alta de 1,5 grau, fixado pelo Acordo de Paris de 2015, décadas antes do previsto (2050), tendendo a permanecer nesse patamar nos próximos anos. Eventos climáticos ainda mais severos pegam a Humanidade despreparada para suportar os danos diversos causados por enchentes, secas, ondas de calor e ciclones nas cidades.

O tempo para se adaptar aos humores do clima é "para ontem", alerta o climatologista Carlos Nobre, o primeiro brasileiro a fazer parte do grupo Planetary Guardians, que reúne pesquisadores e estudiosos do clima de várias nacionalidades. Para ele, antecipar a meta zero de emissões líquidas dos gases de efeito estufa e aumentar a adaptação de cidades, campo e infraestrutura, tornando-os mais resilientes,

agora são medidas emergenciais — até porque, há evidências de que a temperatura poderá aumentar 2 ou 2,5 graus em 2050, em vez do teto de 1,5 grau. Leia a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva dada pelo cientista à *Revista de Seguros*.

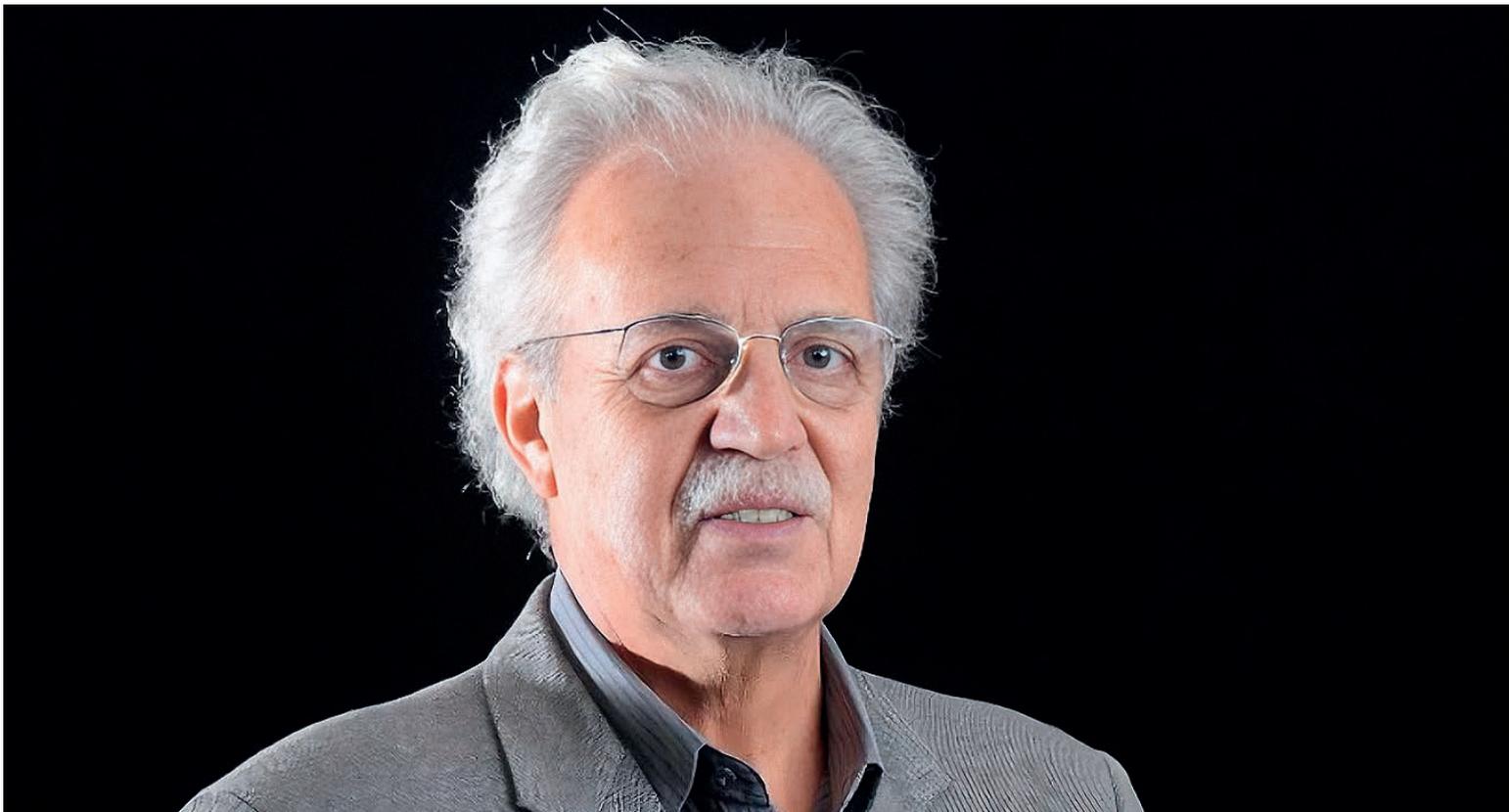
O colapso do Rio Grande do Sul representa um novo padrão dos eventos climáticos extremos ou pode ser visto como um desvio de rota provocado pelo El Niño, o terceiro mais forte da série histórica?

A temperatura global ficou mais quente 1,5 grau entre meados de 2023 e os primeiros meses de 2024 pela primeira vez na História, desde o último período interglacial, há 120 mil e 130 mil anos. Aliás, entre maio de 2023 e abril de 2024, até superou esse teto, alcançando 1,6 grau de aumento. Pode-se até dizer que um pouquinho é consequência do El Niño, que tradicionalmente provoca aumento da temperatura. Mas

o fenômeno, isoladamente, jamais teria feito a temperatura subir tanto. Logo, a severidade e a frequência dos extremos climáticos devem-se mais às mudanças climáticas e menos a fenômenos como o El Niño ou La Niña.

A partir do próximo semestre e no primeiro de 2025, a chegada da La Niña fará a temperatura cair um pouco, mas não será nada significativo. Após sua passagem, as temperaturas voltarão a subir, e preocupa a previsão de que o teto de 1,5 grau mais quente retorne e possa ser permanente. Vale lembrar que o aquecimento global torna mais intensos os fenômenos atmosféricos ou oceânicos, que existem há milhões de anos, levando-os inclusive a bater seguidos recordes.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, nunca teve tanta chuva quanto agora em maio, que afetou 85% de seu território. As enchentes históricas no Estado, até aqui, tinham ocorrido em 1859 e em 1941, e agora foram superadas. Ondas de calor, secas e enchentes, todos atingiram novas marcas entre 2023 e 2024 em todo o mundo. A



seca na Amazônia é a mais forte de toda a série histórica. Recentemente, a Índia conviveu vários dias com temperatura de 52 graus.

Essa antecipação dos eventos climáticos pode significar que eles se tornaram ou se tornarão irreversíveis?

O que a ciência climática projetava, há 20 anos, era que a alta da temperatura em 1,5 grau só ocorreria nas próximas décadas, por volta de 2040. Ainda assim, se continuássemos a emitir gases de efeito estufa. Então, esses eventos severos são, sim, uma surpresa científica. Entre o final de 2022 e começo de 2023, a ciência projetou que a temperatura iria subir 1,3 grau, em razão do terceiro El Niño mais forte da série. No entanto, passou de 1,5 grau e, a certa altura, bateu 1,6 grau de alta. Isso significa que as projeções não bateram, e há uma investigação para entender as razões desse desvio. Na verdade, as águas dos oceanos esquentaram muito e bateram todos os recordes históricos. E não foi só

“Entre o final de 2022 e começo de 2023, a ciência projetou que a temperatura iria subir 1,3 grau, em razão do terceiro El Niño mais forte da série. No entanto, passou de 1,5 grau e, a certa altura, bateu 1,6 grau de alta.”

no lugar em que o El Niño torna as águas mais quentes, no Pacífico Equatorial Centro-leste, mas também no Atlântico, que bateu recorde de temperatura sem estar sob a influência do fenômeno. A temperatura mais alta, principalmente no Atlântico Norte, agravou a seca histórica da Amazônia, já esperada com a vigência do El Niño. Nem a chegada do La Niña, a partir do segundo semestre, que promete baixar um pouco a temperatura, vai impedir a alta permanente de 1,5 grau ainda nesta década e não mais em 2040 — o que é algo preocupante.

O que isso significa na prática?

Significa que haverá a continuidade de eventos climáticos severos e frequentes e, portanto, mais danos vultosos, até porque as emissões de gases de efeito estufa continuam a crescer. Vale lembrar que o Acordo de Paris, de 2015, endossado pela COP-26 em 2021, em Glasgow, na Escócia, falava que tínhamos de zerar as emissões líquidas até 2050, para evitar que a temperatura alcanças-

se o teto de 1,5 grau. Como as emissões ainda estão aumentando após o recorde de 2022 — não há ainda dados de 2023, mas estima-se alta de 1% a 2% sobre 2022 —, o cenário é extremamente grave, porque significa que esses eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, não têm mais volta. E se não zerarmos as emissões líquidas até ou antes de 2050, a temperatura poderá, inclusive, ter uma alta de 2 ou até de 2,5 graus.

O que deve ser feito emergencialmente?

Antecipar a meta de zerar as emissões tornou-se uma obrigação de todo o planeta. Isso significa que a transição para energias renováveis deve ser a jato, já que quase 70% das emissões são geradas por combustíveis fósseis. Todos os setores econômicos devem participar desse esforço. Na agricultura, o desmatamento precisa parar urgentemente. É um grande desafio, sem dúvida, já que a transição é custosa, mas não há alternativa. Do contrário, se deixarmos a temperatura avançar 2 ou 2,5 graus, os eventos climáticos serão ainda severos e frequentes.

“Antecipar a meta de zerar as emissões tornou-se uma obrigação de todo o planeta. Isso significa que a transição para energias renováveis deve ser a jato, já que quase 70% das emissões são geradas por combustíveis fósseis.”

E as ações de adaptação às mudanças climáticas estão em estágio muito preliminar, certo?

Quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento, as ações para ampliar a resiliência em um novo quadro dos eventos climáticos são até agora insuficientes, embora sejam emergenciais. Supondo que a temperatura ficasse 1,5 grau mais alta de forma permanente, o Brasil, por exemplo, teria de realocar uns quatro milhões de brasileiros que residem às margens de rios, em costões íngremes, enfim, em áreas de altíssimo risco de deslizamentos e inundações. Temos de contar com sistemas de alertas muito precisos, uma Defesa Civil mais bem preparada e equipada, locais para abrigar a população em caso de eventos severos. Nada disso está pronto. Nem aqui nem no exterior. Só no Brasil são em torno de 50 mil áreas sujeitas a riscos de deslizamentos ou de inundação.

Chama a atenção o fato de os eventos climáticos severos tornarem-se cada vez mais democráticos, afetando pobres e ricos em todo o mundo...

Essa é a conta a pagar do aquecimento global. Os furacões nos EUA, por exemplo, não estão em maior número, como muitos imaginam. Mas são mais intensos agora, porque as águas do Oceano Atlântico se tornaram mais altas, evaporando mais água e elevando a força dos furacões. Daí porque os furacões da categoria 3, 4 e 5 são mais constantes agora (a escala vai de um a cinco e mede o poder de destruição a partir da velocidade do vento — começam em 130 km e o máximo é de mais de 250km. Antes, um furacão de categoria 5 era algo extremamente raro. Agora, os mais intensos são mais frequentes, ampliando o rastro de destruição. Isso se repete com outros eventos extremos, que podem não ocorrer com mais frequência, mas certamente com tanta intensidade.

A Floresta Amazônica corre o risco de ser transformada em um grande Cerrado?

Nem dá para chamar esse novo ecossistema oriundo da degradação de um novo Cerrado,



que é o bioma de savana tropical mais biodiverso do mundo, com uma gigantesca quantidade de carbono armazenado no solo. Esse novo ecossistema será incapaz de armazenar carbono em grande quantidade e terá poucas árvores e fauna.

Mas a Amazônia continuará fundamental para o regime de chuvas?

A Amazônia não só aumenta muito a chuva na própria floresta, alcançando 2,2 e 2,3 metros por ano, mas também exporta uma grande quantidade de vapor de água, cerca de 17 bilhões de toneladas por dia. Uma parte vai lá para os Andes e forma a neve, outra desce para o Sul, o Cerrado, e chega no Centro-Sul do Brasil. Uns 15% dessa umidade alcança o Sudeste, fenômeno que chamamos de rios voadores. Então, se a Amazônia passar desse ponto de não retorno, os rios voadores vão ter a capacidade de transporte de água reduzida em pelo menos 20% a 30%, afetando o Cerrado e o Sudeste, além de elevar a temperatura nessas regiões. Por



“Se a Amazônia passar desse ponto de não retorno, os rios voadores vão ter a capacidade de transporte de água reduzida em pelo menos 20% a 30%, afetando o Cerrado e o Sudeste, além de elevar a temperatura nessas regiões.”

fim, vai afetar a maior biodiversidade do planeta, provocando a sexta extinção de espécies — a primeira causada por humanos.

O Cerrado também está sendo vítima de um desmatamento extremo?

A Amazônia já foi totalmente desmatada na faixa de 17% ou 18%. No Cerrado, foram 51% dos 2,2 milhões de quilômetros. Isso deve-se à substituição do Cerrado por pastagem e monoculturas de soja, milho e algodão. Em razão disso, o clima do Cerrado está mudando muito, com o bioma mais quente, reciclando menos água. E isso traz risco até para continuidade do próprio Cerrado que, em um ponto de não retorno, pode ser convertido em caatinga. Aliás, já estamos a caminho disso, tendo em vista o aumento de áreas de semiárido nas confluências do Cerrado.

Como a degradação desses dois biomas pode afetar as cidades?

O risco mais evidente é o de transformar as cidades em ilhas urbanas de calor. Tudo porque, como as cidades brasileiras têm pouquíssima vegetação, a temperatura fica cada vez mais alta. Quando se tira a vegetação, a energia solar vai direto para o solo, evapora a água ali presente e aumenta muito a temperatura. Na Amazônia, lugares muito desmatados, ocupados por pastagens, apresentam temperaturas 3 graus mais quente do que na floresta na estação seca do ano. Em São Paulo, em média, a temperatura do Centro da cidade é 4 graus acima em comparação às áreas fora da capital ocupadas por Mata Atlântica e na mesma altitude. Então, esse efeito de ilha urbana de calor, olhando para São Paulo, já é uma realidade. Na década de 1930, São Paulo não tinha nenhum ano com chuva diária acima de 100mm. Hoje, ocorrem duas ou mais precipitações anuais acima disso. Enfim, os impactos no clima são profundos nas cidades.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ENVOLVE NOVOS DESAFIOS PARA O BRASIL

Em 2023, foram investidos US\$ 34,8 bi em descarbonização no País, que tem cerca de 50% da matriz de energia limpa. Para especialistas, é preciso ampliar e diversificar o uso de fontes renováveis.

As recentes inundações no Rio Grande do Sul e as frequentes ondas de calor por todo o País recolocaram na ordem do dia a necessidade de o Brasil acelerar seu processo de transição energética, que prevê a substituição de combustíveis fósseis – responsáveis pela emissão de carbono que causa as mudanças climáticas – por fontes de energia limpas e renováveis. Os eventos extremos indicam que 2024 poderá ser ainda pior em termos climáticos do que foi 2023, ano mais quente já registrado no planeta.

A situação do Brasil na transição energética é comumente considerada melhor que no restante do mundo, em virtude do alto percentual de fontes limpas usadas na matriz de geração de energia. Apesar disso, especialistas ouvidos pela *Revista de Seguros* veem fragilidades na posição brasileira, defendem a ampliação e a

diversificação das fontes renováveis e alertam: a transição energética é apenas uma fase, ainda que fundamental, de um processo mais amplo de descarbonização.

Embora o País seja o quinto maior emissor de gases de efeito estufa, por aqui as emissões resultam sobretudo do uso da terra e do desmatamento (50%) e da agropecuária (24%), diferente do que ocorre na média dos países do G20, em que 70% das emissões estão ligadas ao setor de energia. Além disso, mais de 80% da matriz elétrica nacional é composta de fontes renováveis, ante 29% na média das demais nações do bloco.

Na matriz energética como um todo, as características geográficas brasileiras – favoráveis ao uso de energia hidrelétrica, solar e eólica, por exemplo – permitem que 47,4% da oferta de energia venha de fontes renováveis, de acordo com o Balanço Energético

Nacional de 2023. O valor é mais que o triplo da média mundial (15%).

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), os combustíveis fósseis respondiam em 2020 por 80% da matriz energética mundial. Na última Conferência de Mudanças Climáticas da ONU, a COP-28, realizada em dezembro nos Emirados Árabes, foi firmado um compromisso global com o início da transição energética. A meta é triplicar a participação das fontes renováveis nesta década.

Só no ano passado, o Brasil investiu US\$ 34,8 bilhões em transição energética, segundo o relatório da Bloomberg NEF's Energy Transition Investment Trends 2024. O valor abrange todas as iniciativas em energia renovável, captura de carbono, hidrogênio verde e veículos elétricos. De acordo com o documento, o País foi o sexto que mais investiu nessa área em 2023.



“A questão é garantir que a eletricidade mantenha as propriedades de energia limpa, confiável e financeiramente sustentável. O Brasil vai bem em energia limpa, mas tem desafios de confiabilidade e problemas de financiamento.”

Joisa Dutra, FGV / Ceri

Outras iniciativas recentes indicam o compromisso do Brasil com o tema. Em setembro último, o Governo lançou o Plano Nacional de Transição Energética justa e inclusiva, visando reduzir o percentual de carbono na matriz de transportes. Na COP-28, o País aderiu à Aliança Global de Energia Eólica Offshore (em alto-mar). Em janeiro deste ano, o Ministério de Minas e Energia e a IEA assinaram o Plano de Trabalho Conjunto para a Aceleração da Transição Energética. No mesmo mês, foi lançado o programa Nova Indústria Brasil, com medidas de incentivo à transição no setor.

A Câmara dos Deputados aprovou em março deste ano a criação do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), de estímulo a projetos de desenvolvimento sustentável. A proposta, que ainda será votada pelo Senado, prevê duas opções de financiamentos: por meio de transações tributárias ou

a partir de empréstimos privados garantidos pelo Fundo Verde, a ser gerido pelo BNDES, composto por créditos de empresas perante a União. Há outros projetos de lei em tramitação sobre o tema.

● ● ● ALTERNATIVAS

A diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV (Ceri), Joisa Dutra, concorda que, na comparação com o exterior, o Brasil aparece bem em termos de transição energética, em qualquer parâmetro de comparação – seja com as demais nações dos Brics, do G20, da América Latina, seja entre os países que têm grandes florestas tropicais. Mas ela vê problemas do ponto de vista das emissões:

“Costuma-se dizer que o Brasil já usa energia renovável, mas o que o País emite de carbono, em termos percentuais, é quase o mesmo

de sua participação no PIB mundial, cerca de 2,8%. Isso é bem ruim”, compara.

Para ela, é um dever de casa importante do Brasil fazer a transição energética, elevando a capacidade de geração de energia elétrica para atender o que considera um dos pilares da transição: a eletrificação da mobilidade e da indústria. Para isso, acrescenta ela, será preciso aumentar a capacidade de gerar energia elétrica usando fontes renováveis – hoje, a eletricidade representa cerca de 25% da matriz brasileira, e, para atender os novos usos, será preciso chegar a 70%.

“A questão é garantir que a eletricidade mantenha as propriedades de energia limpa, confiável e financeiramente sustentável. O Brasil vai bem em energia limpa, mas tem desafios de confiabilidade e problemas de financiamento”, diz ela, referindo-se à crise hídrica de 2021 e ao fato de a energia ser cara no País.



Segundo Joisa, existe um vasto conjunto de tecnologias para ampliar a eletricidade na matriz energética nacional, em especial as eólicas *offshore* e o hidrogênio verde ou de baixo carbono (extraído a partir de fontes limpas). “O hidrogênio de baixo carbono é muito mais badalado do que de fato tem viabilidade econômica, pois depende de vários fatores e há riscos muito grandes”, diz, citando a resistência do material para transporte em altas temperaturas e o deslocamento em longas distâncias. Ela lembra ainda das apostas em sequestro e armazenamento de carbono. “Mas são tecnologias ainda não economicamente viáveis.”

A diretora da FGV Ceri acredita que o País deve investir em todas essas possibilidades, mas lembra que a transição energética é só uma etapa da trajetória de descarbonização – no caso do Brasil, a meta é zerar as emissões líquidas até 2050. “O ambiente é de muita incerteza. Se as emissões de carbono no Brasil não são tão grandes do ponto de vista energético, temos desafios

no uso do solo e precisamos encontrar na energia as soluções para seguir nessa jornada de desenvolvimento. O Governo precisa dar sinais mais articulados para que os agentes possam investir e garantir o aumento da competitividade do País.”

Emílio La Rovere, professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, alerta: “O debate sobre descarbonização precisa levar em conta as dimensões sociais e ambientais, e não só a questão energética. Estamos muito mal em desigualdade, saneamento e desmatamento, que melhorou um pouco agora”, exemplifica.

Segundo ele, a transição energética no Brasil se beneficia da decisão política, adotada nos anos 1970, de o País investir em energia hidrelétrica, o que lhe conferiu a base para uma matriz menos dependente de combustíveis fósseis. O pesquisador, porém, aponta atraso na adoção das fontes solar e eólica, o que vem sendo corrigido nos últimos anos, em particular pela instalação de parques eólicos no Nordeste.

“O debate sobre descarbonização precisa levar em conta as dimensões sociais e ambientais, e não só a questão energética. Estamos muito mal em desigualdade, saneamento e desmatamento, que melhorou um pouco agora.”

Emílio La Rovere, Coppe/UFRJ



“O texto (do Programa de Aceleração da Transição Energética) valoriza a diversificação da matriz energética, incorporando diferentes fontes à lista de prioridades, desde que enquadradas entre renováveis ou de baixo carbono”.

Marussa Boldrin, deputada

“A crise financeira global de 2008 fez com que os países mais avançados cortassem subsídios aos fabricantes de energia eólica e solar, e essas empresas acabaram vindo para cá”, explica. Ele vê grande futuro para essas duas fontes e lembra que, no caso das eólicas, a exploração em alto-mar ainda está na fase de projetos. Enxerga ainda potencial nos chamados biocombustíveis avançados, como querosene de aviação feito a partir da cana-de-açúcar.

La Rovere acredita que a biomassa de cana, já responsável por 15% da matriz brasileira (incluindo o etanol usado em automóveis), deva ser usada em maior escala. Inclusive como complemento à eletricidade, cujas fontes são intermitentes – a hidrelétrica está sujeita ao regime de chuvas, assim como a eólica depende dos ventos, e a solar, da luz natural. “Tem havido também uma ampliação muito importante do uso de álcool de milho nas usinas, aproveitando a safrinha do produto.”

PROJETOS DE LEI

No âmbito legislativo, o professor aposta no projeto que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O texto, aprovado em dezembro último na Câmara dos Deputados e dependente de nova apreciação pelo Senado, cria um limite de emissões por empresa: as mais poluidoras terão de compensar suas emissões com a compra de títulos, a serem vendidos pelas ambientalmente mais eficientes. “Com isso, você já atinge o grosso das emissões no País e dispõe de um mecanismo de mercado para garantir a eficiência econômica e energética”, avalia La Rovere.

Segundo ele, é um modelo inspirado no European Trading System, estabelecido em 2005 e principal responsável pela redução das emissões em 30% na Europa desde os anos 1990. “É bem mais poderoso que o Paten”, compara.

A relatora do Paten na Câmara, Marussa Boldrin (MDB-GO), argumenta que o progra-

ma vai melhorar a qualidade de vida a curto, médio e longo prazos e elevar a competitividade do País. “O Paten vem para modernizar a economia sustentável do Brasil. Vamos impulsionar a criação de fontes de energia renováveis e acelerar a transição daqueles que ainda têm fonte de energia poluidora para fontes renováveis. Na disputa de tecnologias, o Brasil não pode ficar para trás, precisamos investir em estudo e tecnologias novas. O mercado de crédito de carbono é uma realidade e precisamos preparar o Brasil.”

Em relação às críticas ao projeto, pelo fato de incluir investimentos em gás natural, de origem fóssil, entre os que poderão receber financiamento por meio dos mecanismos previstos no Paten, a deputada alega que, “de forma geral, o texto também valoriza a diversificação da matriz energética, incorporando diferentes fontes à lista de prioridades, desde que enquadradas entre renováveis ou de baixo carbono”.

FENÔMENOS CLIMÁTICOS DEVEM AFETAR TODAS AS CARTEIRAS DO MERCADO

Desastres naturais geraram perdas globais acima de US\$ 3 trilhões na última década. No Rio Grande do Sul, as indenizações estimadas com a tragédia não param de crescer.

Diante do cenário devastador causado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, com chuvas avassaladoras, alagamentos e deslizamentos que começaram a ocorrer em 29 de abril (prolongando-se até junho), gerando centenas de mortes, um número ainda maior de desabrigados e perdas econômicas bilionárias, a indústria de seguros projeta um forte avanço dos pedidos de indenizações no Estado gaúcho (na segunda atualização, ocorrida em junho, somavam perto de R\$ 4 bilhões), devendo crescer a cada novo levantamento mensal em valores e em quantidade.

O aquecimento global potencializa os impactos dos fenômenos naturais, como o El Niño e La Niña, e explica em parte a severidade dos eventos climáticos no planeta. Sob a batuta do El Niño, que provoca o aquecimento das águas do oceano, o ano de 2023 foi o mais quente, segundo as medições da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

O fato é que o resultado das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera é uma realidade que o mundo terá que enfrentar e um dos maiores desafios de nossos tempos, dizem especialistas. A previsão é que o El Niño comece a perder força ao fim do primeiro semestre. A trégua, no entanto, será momentânea. Em setembro, La Niña dá as caras e, ao contrário do El Niño, provoca frio e diminui as chuvas na Região Sul, mas aumenta na Região Norte. Para se adequar, o setor de seguros cria mecanismos para atender à população e reduzir os danos com celeridade.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) avalia que os ramos de seguros mais afetados na atual conjuntura são os rural, automóveis, patrimonial e habitacional. Para o vice-presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Daniel Nascimento, o sobressalto que vem do Sul terá abrangência maior. Desta vez, “os prejuízos mais sérios não estarão no seguro agrícola, como no caso da seca. Os

impactos devem afetar o mercado segurador como um todo”, diz.

Ele cita coberturas como Condomínio e Vida, para pessoas físicas; e Lucros Cessantes, Riscos Operacionais, de máquinas agrícolas, Compreensivo Empresarial e seguros atrelados a concessões públicas, no caso empresarial. Alguns técnicos chamam a atenção para o fato de o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ficar fechado por vários meses, além dos reflexos no patrimônio das companhias aéreas.

Entre as estatísticas mais citadas como exemplo do possível ajuste nas contas está o Relatório Weather, Climate and Catastrophe Insight, que aponta os desastres naturais como responsáveis por uma perda econômica de US\$ 313 bilhões em todo o mundo em 2022. O valor é 4% maior do que a média observada no século XX. As estiagens foram responsáveis por perdas de US\$ 4,2 bilhões, e as enchentes, de cerca de US\$ 1,3 bilhão.

“Os prejuízos mais sérios não estarão no seguro agrícola, como no caso da seca. Os impactos agora devem afetar o mercado segurador como um todo.”

Daniel Nascimento, FenSeg



● ● ● PROTAGONISMO

A partir da convicção de que os governos federal, estadual e municipal sozinhos não têm condições de assumir a conta dos desastres naturais no País e no mundo, há um chamamento para a crescente participação das seguradoras para mitigar as perdas causadas pelos riscos climáticos.

Os números são de fato robustos. As perdas econômicas com desastres naturais no mundo, na última década, ultrapassam a marca dos US\$ 3 trilhões, segundo dados do Sendai Framework, plataforma da ONU de acompanhamento e prevenção de desastres.

No Brasil, informa a Susep, não há estudos específicos realizados pela autarquia sobre perdas causadas pelos eventos climáticos. Está claro, porém, que as alterações climáticas recentes “provocarão alterações profundas na subscrição, capacidade disponível e rentabilidade da indústria de seguros”.

Em diversas oportunidades, a CNseg tem destacado ações do mercado em prol da resiliência perante os extremos do clima. Recentemente, o setor apresentou propostas para conter os danos causados pelos desastres naturais, ao defender soluções privadas para a emergência climática, em audiência promovida pela Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais da Câmara dos Deputados, em meados de abril.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, reforçou, naquele encontro na Câmara dos Deputados, a importância do Seguro Rural para as atividades agrícolas, por meio da ampliação dos recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), e da criação do Fundo do Seguro Rural (FSR), com a União, para manter os valores dos prêmios mais lineares diante da instabilidade do clima e dos danos inesperados.

Também foi destaque o Seguro Social de Catástrofe, para amparar vítimas de desastres (inundações, alagamentos e desmoronamentos),

mediante pagamento entre R\$ 2 e R\$ 3, cobrado na conta de luz. Esse instrumento, compulsório e universalizado, permitiria indenização de R\$ 15 mil por residência e mais R\$ 5 mil por óbito, por meio do PIX, para garantir celeridade e recursos livres para as vítimas dessas tragédias.

Por fim, ele destacou que a baixa adesão de proteção contra os riscos climáticos inibe a participação proativa do mercado segurador brasileiro. Esse gargalo de proteção pode custar cada vez mais caro, tendo em vista que as catástrofes naturais geraram prejuízos globais da ordem US\$ 380 bilhões em 2023, dos quais US\$ 118 bilhões indenizados.

● ● ● PROCESSO DE ADAPTAÇÃO

Walter De Simoni, líder especialista de Política Climática do Instituto Clima e Sociedade (ICS), entende que o mundo passa por um rígido processo de adaptação. “Temos que mudar o que

“O mundo passa por um rígido processo de adaptação, e o País precisa de mudanças rápidas nas áreas de financiamento climático, governança, política local e infraestrutura.”

Walter De Simoni, ICS



pensamos sobre cidades e dinheiro público e definir como articular os diversos agentes. O País precisa de mudanças rápidas nas áreas de financiamento climático, governança, política local e infraestrutura e deve mobilizar uma ampla gama de atores do ecossistema para alcançar esses objetivos”, afirma De Simoni.

Até o momento, grande parte do peso da adaptação recaiu sobre os municípios, os menos preparados e com menor nível de recursos da federação. O Brasil tem mais de 5,5 mil municípios, 3.797 deles com menos de 20 mil habitantes. Poucos governos estaduais estão prontos para enfrentar os desafios climáticos, diz De Simoni.

Ele reconhece que a participação do seguro e de outros produtos financeiros tem sido tímido em responder a questões crescentes em perdas de infraestrutura e de colheitas, interrupções na produção e distribuição de eletricidade decor-

rentes dos desastres naturais cada vez mais severos e frequentes.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, tem convicção de que a resiliência climática no Brasil já faz parte dos planos do mercado segurador. Em discurso no painel “A nova visão do Brasil”, em Nova York, ele defendeu o fortalecimento da resiliência da infraestrutura e ressaltou a pujança do setor segurador, que hoje responde por pouco mais de 6% do Produto Interno Bruto (PIB).

“O sistema de seguros brasileiro está plenamente preparado para enfrentar esses eventos mais severos e não haverá problema de liquidez”, afirma Dyogo Oliveira. Na catástrofe do Rio Grande do Sul, as indenizações estimadas mais que dobraram entre as projeções de maio e de junho, saindo de R\$ 1,673 bilhão para R\$3,885 bilhões. Também houve aumento no número de pedidos de indenizações: saltaram

“O sistema de seguros brasileiro está plenamente preparado para enfrentar esses eventos mais severos e não haverá problema de liquidez.”

Dyogo Oliveira, CNseg



“A conscientização e o reconhecimento de que os eventos climáticos atingem a todos também são cruciais para que haja uma maior penetração de seguros.”

Susep, em documento

de 23.441 para 48.870, alta de 108% entre as duas aferições. “Esses números, tanto de valores de indenizações quanto de quantidade de sinistros, vão continuar a subir nas próximas aferições, ainda mais porque as chuvas persistem em junho, mantendo áreas alagadas e adiando quantificar as perdas seguradas, sobretudo na linha de compreensivos de pequeno, médio e grandes riscos”, detalhou.

● ● ● PREÇOS E SOLIDEZ

A Susep admite a “possível tendência de revisão dos critérios de subscrição e apetite por determinados negócios, como, por exemplo, limitação da concentração e exposição em apólices de determinadas regiões, ou mesmo com revisão dos termos e condições dos contratos, mediante exclusão de riscos declináveis”. A consequência é “a elevação de custo das coberturas praticadas”.

Em relação à sustentabilidade financeira do sistema, a autarquia destaca mecanismos importantes e sólidos de transferência de riscos que viabilizam a capacidade para concessão de determinadas coberturas de seguros e resseguros. Ou seja, além dos planos de resseguro, a Letra de Riscos de Seguros (LRS), via captação de recursos no mercado de capitais, amplia a capacidade do mercado de aceitação de riscos.

Em 2023, 88% das residências brasileiras não contavam com seguros para proteger a propriedade. Mas “a conscientização e o reconhecimento de que os eventos climáticos atingem a todos também são cruciais para que haja uma maior penetração de seguros”, informa a Susep.

Walter De Simoni, do ICS, lembra que o Brasil tem dois grandes planos políticos para as necessidades de adaptação. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com mais de R\$ 1,5 trilhão (US\$ 278 bilhões) em investimentos públicos e privados para infraestrutura nos próximos cinco anos. Mas, até agora, a maior parte dos recursos não foi planejada com foco na adaptação. Outro é o Plano de Transição Ecológica (PTE), que está em constante atualização, mas não avança.

“Se o Brasil não fazia parte do mapa dos desastres naturais, agora passou a fazer. E o seguro é o elemento que precisa estar lá no dia seguinte.”

Robert Bittar, ENS

● ● ● DIA SEGUINTE

A catástrofe no RS deixa um aprendizado: a necessidade de aproximação com o segurado e a adequação da terminologia para esclarecimento do consumidor leigo, analisa o corretor Robert Bittar, ex-presidente da Escola Nacional de Seguros (ENS).

“Se o Brasil não fazia parte do mapa dos desastres naturais, agora passou a fazer. E o seguro é o elemento que precisa estar lá no dia seguinte”, explica. Bittar lembra, por exemplo, que, para os leigos, os seguros Habitacional e Residencial são considerados “rigorosamente iguais”, quando, na verdade, têm coberturas distintas.

A Susep criou um Guia de Orientação que pode ser acessado no site da autarquia com todas as informações sobre os ramos mais afetados pelas enchentes e sobre como solicitar indenização. Uma das orientações é que o segurado leia o contrato e observe a extensão da cobertura. O alerta do órgão regulador é de que não existe apólice-padrão. Cada seguradora faz o seu contrato de acordo com a exposição de risco de cada consumidor, em particular.

LONGEVIDADE: UMA CONQUISTA COM REPERCUSSÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

*Expectativa de vida do brasileiro continua aumentando mesmo após a pandemia;
mas indicador tem sérios reflexos nos custos com a saúde e a previdência.*

A evolução da longevidade da população brasileira, evidenciada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o aumento da expectativa de vida média para 75,5 anos em 2022, representa uma conquista inegável para a população e reflete avanços significativos na qualidade de vida e desenvolvimento humano. No entanto, traz desafios e responsabilidades que precisam ser considerados, especialmente em relação aos custos públicos e privados para financiar a saúde, os benefícios e os cuidados com as pessoas idosas.

Segundo o sociólogo, doutor em Demografia e ex-pesquisador do IBGE, José Eustáquio Diniz Alves, a expectativa de vida no Brasil vem crescendo há 100 anos, acompanhando a tendência mundial. A crise sanitária causada pela Covid-19 quebrou essa onda crescente.

“A pandemia diminuiu a expectativa de vida, mas o índice começou a se recuperar em 2022 e, no ano passado, voltou ao patamar pré-pandemia”, explica. O pesquisador adianta que as projeções mundiais já apontam para uma nova onda de crescimento da expectati-

va de vida, com índices superiores aos observados antes da pandemia.

O IBGE estima que 25% da população brasileira terá mais de 65 anos em 2060 — o que significará menos trabalhadores contribuindo para o sistema previdenciário e mais aposentados dependendo de recursos para viver.

Uma visão diferente para os números de expectativa de vida vem do Instituto Cidades Sustentáveis. Publicado no último dia 26 de março, o Mapa da Desigualdade entre as capitais mostra os dados da idade média do brasileiro ao morrer. O estudo inédito levou em conta 40 indicadores como educação, saúde, renda, habitação e saneamento, em 26 capitais brasileiras. De acordo com os dados, a idade varia de 57 a 72 anos, a depender da cidade.

O coordenador de Relações Institucionais do Instituto Cidades Sustentáveis, Igor Pantoja, explica que esses dados estão relacionados às condições de vida das pessoas no momento da medição. “A idade média ao morrer tem a ver com questões de infraestrutura, acesso ao saneamento e à saúde e mortalidade juvenil e infantil. Por isso, a população de cidades do Norte morre

“Estudos mostram que milhões de pessoas morrem em virtude de eventos climáticos extremos, mas a expectativa é que a vida média das pessoas continue aumentando, embora em ritmo menor.”

José Eustáquio Alves, demógrafo

mais cedo do que em outras regiões. Provavelmente, por oferecer piores condições de vida e de acesso ao saneamento e à saúde”, define.

Os melhores indicadores foram observados em Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS),



onde a média de idade ao morrer é de 72 anos. O pior fica em Boa Vista (RR), com 57 anos.



DIFERENÇA DOS DADOS

Apesar de frequentemente utilizados como sinônimos, os termos expectativa de vida e idade média ao morrer têm definições e interpretações distintas. O primeiro, também chamado de esperança de vida, é uma estimativa probabilística do tempo que um indivíduo nascido em um determinado ano espera viver, considerando as taxas de mortalidade da época. Esse é o indicador usado para o cálculo da previdência.

Já a idade média ao morrer indica a faixa etária que as pessoas têm ao morrer em um período específico, refletindo as taxas de mortalidade e a estrutura etária da população naquele momento.

Para José Eustáquio Diniz Alves, é necessário ter cautela ao falar sobre expectativa de vida, pois o mapeamento do Instituto Cidades Sustentáveis traz números de idade média ao morrer que podem ser afetados pela migração, por exemplo. Ele explica que a expectativa de vida ao nascer é calculada com base em uma metodologia muito complexa.

“As pessoas em determinados lugares podem estar melhorando de vida, migrando para outra região decadente ou onde aconteceu um desastre natural, por exemplo. Nesses casos, a média de idade das mortes pode diminuir. Mas isso é diferente de expectativa de vida”, ressaltou o demógrafo.

Na visão de Pantoja, os dois indicadores podem andar lado a lado – e as projeções desenharam o andar da qualidade de vida da população brasileira, além de indicar quais políticas públicas devem ser aplicadas e em que lugar.

“Em uma cidade com mortalidade infantil muito alta, em que o poder público atua para reduzir esse dado e consegue ter resultados positivos concretos, haverá menos crianças morrendo. Isso também aponta para um aumento da expectativa de vida futura. Assim, pode-se atuar olhando para um futuro mais longo”, explicou.

Seja expectativa de vida, seja idade média ao morrer, é importante ressaltar que a longevidade não deve ser vista apenas como um problema. Tanto Alves quanto Pantoja destacaram que os indicadores são uma oportunidade para repensar a organização social e econômica do País.

“A idade média ao morrer tem a ver com infraestrutura, acesso ao saneamento e à saúde e mortalidade infantil. Por isso, a população de cidades do Norte morre mais cedo do que em outras regiões.”

Igor Pantoja, Instituto Cidades Sustentáveis

Na opinião de ambos, a crescente população de idosos, por exemplo, representa um potencial de consumo e de contribuição para a sociedade que não deve ser subestimado.



DESASTRES NATURAIS

As mudanças climáticas, no entanto, podem afetar o crescimento do indicador de expectativa de vida do IBGE. Eventos climáticos extremos, como ondas de calor e frio, já causam aumento da mortalidade, especialmente entre crianças e idosos.

Apesar disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma, em seu relatório “Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2024”, que a longevidade continuará crescendo, mas em um ritmo menor do que o vivenciado no último século. Mas o documento adverte para o aumento da intensidade dos impactos e prevê um agravamento dessas condições.

O ex-pesquisador do IBGE explica que catástrofes climáticas de grandes proporções sempre aconteceram ao longo da História, mas estão mais frequentes. “Estudos mostram que milhões de pessoas morrem em virtude de eventos climáticos, mas a expectativa é que a vida média das pessoas continue aumentando, embora em ritmo menor”, projeta Alves.

SAÍDA PRECOCE DE JOVENS DOS PLANOS AMEAÇA SUSTENTABILIDADE

Estudo da FenaSaúde mostra que fatores conjunturais, como o nível de emprego formal menor entre os mais novos, afetam o pacto intergeracional previsto para as próximos anos.

Em virtude da insuficiência de renda, parte dos segurados mais jovens começa a desistir dos planos de saúde, antecipando, aos poucos, fissuras no pacto intergeracional previstas para as próximas décadas, dada a transição etária em curso no País. Ou seja, há uma base decrescente de clientes jovens e de idosos em expansão nas carteiras de saúde das operadoras.

Não é uma boa notícia. “A Saúde Suplementar tem como pilar o mutualismo e o pacto intergeracional: jovens custeiam parte da utilização do sistema pelos idosos. Portanto, a sustentabilidade desse sistema é ameaçada quanto menor for o número de jovens contribuindo para o mútuo”, diz trecho do estudo da FenaSaúde “Considerações sobre o envelhecimento e os planos de saúde no Brasil”.

Letícia de Souza Grecchi, de 29 anos, guarda municipal de Niterói — cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro — faz parte do time que abriu mão do plano, após permanecer dez anos sob o manto da proteção da Saúde Suplementar.

Antes da desistência, ela ainda apostou em seguidas trocas de planos nos últimos anos, optando por coberturas cada vez mais básicas, co-participação e rede de atendimento restrita para barateá-los. Não foi, porém, suficiente para acomodar seu custo no orçamento.

“Como também pago um plano individual para minha filha de 2 anos, precisei dispensar o meu. Claro que ficar sem plano privado me deixa muito preocupada. É uma situação angustiante estar à mercê da rede pública, mas a minha renda não é mais suficiente para custear dois planos ao mesmo tempo”, explica ela, que deixou em março a condição de segurada de saúde.

O caso de Letícia Grecchi é semelhante aos de outras jovens, como a pesquisadora bolsista M.S., que também cancelou seu plano cuja mensalidade equivalia a 30% de seu auxílio financeiro.

O estudo da FenaSaúde reconhece que fatores conjunturais, como o quadro macroeconômico e o nível de emprego formal — em geral, menor entre os jovens, segundo dados

“É uma situação angustiante estar à mercê da rede pública, mas a minha renda não é mais suficiente para custear dois planos ao mesmo tempo.”

Letícia Grecchi, Guarda Municipal

do IBGE — afetam o pacto intergeracional. “Não há uma medida única que seja suficiente para garantir a sustentabilidade do sistema, visto que, além dos fatores estruturais, há os conjunturais que influenciam esse equilíbrio, como o cenário macroeconômico do País e o nível de emprego formal”, descreve o estudo.



“O aumento da proporção de idosos nos planos aumenta custos e desequilibra o sistema, já que eles geram mais despesas assistenciais em relação a outras faixas etárias.”

Estudo FenaSaúde

Por ora, as saídas dos mais jovens ocorrem de forma discreta e pouco perceptível, já que persiste o viés de alta do número de beneficiários — mais de 51 milhões em abril, um recorde. O motor disso são os planos empresariais, usados como um dos mecanismos de retenção de mão de obra.

Ainda assim, a queda de adesões dos jovens é recorrente. Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) dão conta de que o número de beneficiários de 20 a 39 anos recuou 7,6% entre 2013 e 2023, enquanto o de maiores de 60 anos saltou 32,6% no período, índice muito superior à alta de 5,3% no total de clientes de convênios médicos. É a prévia de um movimento que ganhará tração nos próximos anos, dado o envelhecimento da população.

Estima-se que atualmente pessoas com 60 anos ou mais de idade representem 15,2% do total de beneficiários de planos e seguros de saúde privados no País, considerando o levantamento da ANS. Até 2023, em termos absolutos, eram 7,6 milhões de usuários, mais que o dobro do

que havia em 2000: 3,5 milhões de idosos, ou seja, 11,4% do total naquele período.

O principal impacto da presença de mais idosos do que jovens nas carteiras seguradas são as despesas geradas pelas diferentes faixas etárias. Números de uma pesquisa da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unida), representante das empresas de autogestão, referentes ao exercício de 2020, indicam que a despesa assistencial anual *per capita* na faixa etária acima de 59 anos foi, em média, de R\$ 10,1 mil. O valor é mais que o dobro da faixa etária imediatamente anterior, de 54 a 58 anos (R\$ 5 mil anuais) e mais de sete vezes superior, na média, à faixa até 18 anos (R\$ 1,4 mil).

Até 2031, destaca a FenaSaúde, utilizando projeções feitas do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS), o contingente de usuários de planos de saúde com 60 anos ou mais de idade deve aumentar 47,1%. Apenas esse fator isoladamente implicará alta de 20,5% nas despesas assistenciais das operadoras entre 2020 e 2031. Cuidados com idosos consumirão 45% do

total das despesas assistenciais da Saúde Suplementar dentro de oito anos, ante os atuais 35%, cita o *paper* da FenaSaúde.

O documento lembra que, em 20 anos, o Brasil mais que dobrou sua população idosa. De 13 milhões de pessoas com 60 anos em 1998, para 34 milhões de idosos hoje. A França, por sua vez, levou 115 anos para dobrar seu contingente de idosos, e os Estados Unidos, quase 70 anos. Por volta de 2040, os idosos já serão mais numerosos do que jovens de até 19 anos no País. Até 2052, a população de brasileiros com mais de 60 anos vai dobrar de tamanho de novo. Serão 68 milhões.

“O aumento da proporção de idosos nos planos gera crescimento dos custos e desequilíbrio no sistema, já que os integrantes dessa faixa etária geram mais despesas assistenciais em relação às demais. Os idosos sofrem mais de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, que exigem acompanhamento médico constante, e de males que demandam exames mais sofisticados e custosos”, destaca a FenaSaúde.



"Esse quadro tende a evoluir e, nesse sentido, a saída precoce de jovens já identificada antecipa um pouco o problema que terá de ser enfrentado nos próximos anos."

José Cechin, IESS

● ● ● PONTO DE EQUILÍBRIO

Superintendente executivo do IESS, José Cechin reconhece que mudanças na regulação da Saúde Suplementar serão necessárias para buscar o ponto de equilíbrio ou ao menos mitigar os riscos potenciais da transição etária. Ele diz que a atual debandada de jovens é um retrato prévio e ainda discreto do que ocorrerá em termos de fissuras no pacto intergeracional, já que a repercussão do envelhecimento da população terá um viés de contínua alta nos custos das operadoras nas próximas décadas.

Segundo ele, pode-se dizer que, de um avanço das despesas na ordem da 13% ao ano, 1,1 ponto percentual tem relação direta com a maior idade da população segurada. "Esse quadro, contudo, tende a evoluir significativamente e, nesse sentido, a saída precoce de jovens já identificada antecipa um pouco o problema que terá de ser enfrentado nos próximos anos", diz ele.

Cechin lembra que as parcelas que desistem hoje dos planos são jovens saudáveis, já que aqueles que têm alguma comorbidade não

se arriscam a ficar sem plano. Na prática, isso acelera o chamado processo de seleção adversa de riscos: grupos específicos de indivíduos com características de risco superiores aos da população como um todo.

"Não há uma 'bala de prata' para um risco que, nos próximos anos, estará entre os mais proeminentes da sustentabilidade do sistema de saúde privado", afirma José Cechin.

● ● ● FAIXAS ETÁRIAS

Considerando-se a perspectiva de uma sociedade longeva, aumentar as faixas etárias, do ponto de vista atuarial, seria uma medida correta, opina José Cechin. Hoje são dez faixas etárias previstas na Resolução da ANS. A primeira vai de zero até 18 anos e a última, de 59 anos ou mais. O ideal é que houvesse novas faixas entre os idosos, que, no futuro, poderiam ir de 65 anos a 75 anos, por exemplo, considerando-se a perspectiva de crescente avanço da longevidade.

Entretanto, embora possa diluir os efeitos dos subsídios cruzados nas demais faixas etárias em

favor dos segurados a partir dos 60 anos, há também o risco de reduzir a participação dos mais idosos, já que, nessa altura da vida, a maioria está fora do mercado de trabalho, depende de aposentadorias baixas — à exceção de uma parcela abastada do serviço público —, o que torna o peso das contribuições aos planos muito onerosa.

Para evitar que o envelhecimento se torne uma doença financeira crônica, as operadoras têm algumas armas. O receituário inclui programas de promoção e de prevenção da saúde, a fim de aumentar a qualidade de vida dos beneficiários e conter gastos com as complicações e o agravamento de doenças crônicas.

Outras ações envolvem aumento da eficiência, por meio de novas tecnologias, e uso mais racional do sistema, a partir do combate a fraudes, abusos e desperdícios que drenam os recursos escassos.

"O sistema precisa ser repensado e reorganizado para fazer frente à transição. A frequência de utilização vem crescendo ao longo dos anos e, se mantivermos tudo como está, não será possível garantir qualidade no atendimento à saúde", assinala o levantamento da FenaSaúde.

TRÊS DÉCADAS DE ESTABILIDADE ECONÔMICA COM O PLANO REAL

A adoção da nova moeda trouxe resultados imediatos para a economia brasileira, como o controle efetivo da inflação e o acesso da população a bens de consumo e serviços.

Neste ano são celebrados os 30 anos do Plano Real, marcado não apenas pela estabilização econômica inédita na História recente do Brasil, como também reconhecido como um 'divisor de águas' na trajetória socioeconômica do País.

Antes do Plano Real, o Brasil enfrentava uma inflação crônica que, em alguns momentos, superava os 2.000% ao ano. Vários planos econômicos anteriores, como o Plano Cruzado e o Plano Collor, falharam em tentar controlar a inflação de maneira duradoura. O Plano Real, concebido durante o Governo de Itamar Franco e liderado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma abordagem inovadora, visando inicialmente estabilizar os preços para, em seguida, promover uma transição ordenada para a nova moeda.

Em 1º de julho de 1994, foi oficialmente lançado o Real, em substituição ao Cruzeiro Real. A implementação do Plano Real trouxe resultados imediatos e impressionantes. A inflação, que havia sido a grande vilã da economia brasileira por décadas, foi drasticamente reduzida. Além disso, a nova moeda facilitou o acesso da população a bens de consumo e de serviços, melhorando significativamente o padrão de vida de muitos brasileiros.

Apesar de seu sucesso evidente, o Plano Real também se deparou com adversidades. A fixação da taxa de câmbio, inicialmente utilizada para controlar a inflação, resultou na sobrevalorização

do Real, provocando *déficits* na balança comercial e pressões sobre as reservas internacionais.

Contudo, o legado do Plano Real é inegável. Isso porque não apenas estabilizou a economia brasileira, como também pavimentou o caminho para avanços institucionais importantes. O mercado segurador recebeu com entusiasmo a chegada do novo plano econômico, mesmo reconhecendo que tal medida exigiria uma nova

O legado do Plano Real é inegável: não apenas estabilizou a economia brasileira, como pavimentou o caminho para avanços institucionais importantes

mentalidade corporativa — redução das despesas administrativas, investimentos em tecnologia e o desenvolvimento de produtos atraentes para o consumidor se tornaram ações prioritárias para atuar em um quadro de estabilidade econômica.

Ao completar 30 anos, o Plano Real é celebrado como uma das mais bem-sucedidas reformas

econômicas na História do País. Enquanto o Brasil continua a enfrentar novos desafios econômicos e sociais, o espírito do Plano Real permanece como um testemunho da resiliência e do potencial transformador de políticas econômicas sólidas.



PLANO REAL /
RS, ABR., MAIO /
JUN. DE 1994

Para acessar outras edições da *Revista de Seguros*, confira o material digitalizado e disponível no site: www.cedom.cnseg.org.br.



REFERÊNCIAS:

Plano Real, Banco Central do Brasil, julho de 2019. <https://www.bcb.gov.br/controlainflacao/planoreal>

O que foi o Plano Real e como ele controlou a hiperinflação, NEXO, 30 de junho de 2019. <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/o-que-foi-o-plano-real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflacao>

MERCADO PREVÊ SELIC EM DOIS DÍGITOS NO ANO COM PIORA DA CONJUNTURA

Incertezas na trajetória da política fiscal do País e virtual flexibilização da política monetária do FED, o banco central dos EUA, estão entre os fatores que podem impedir novos cortes dos juros

Majoritária no começo do ano, a aposta de fechamento da taxa de juros no ano abaixo de dois dígitos torna-se cada vez mais improvável, dada a piora da conjuntura econômica do País. Agora, a maioria das instituições projeta a Selic final um pouco acima de 10% (10,25% ou mesmo em 10,50%) e mesmo uma mudança do viés de baixa para o de alta, se persistirem os fatores domésticos e externos que repercutem na inflação e alcança a oferta de crédito.

Mais uma vez, as incertezas no plano fiscal, refletidas nas taxas futuras de câmbio e juros, são vistas como um campo minado para manter a continuidade de queda da Selic. Soma-se a esse diagnóstico, no plano externo, a perspectiva de que os juros básicos da economia americana terão dois cortes 0,25 ponto percentual ainda neste ano. Tradicionalmente, a política monetária americana tem enorme repercussão global, limitando a liberdade de ações dos bancos centrais de países em desenvolvimento para administrar os juros básicos.

Em seu nível mais alto em 23 anos, a taxa de juros do Federal Reserve (FED) estabilizou-se entre 5,25% e 5,5% desde julho de 2023, após au-

mentos agressivos iniciados em março de 2022 para combater a inflação. Desse forma, a maioria acredita que este fato poderá implicar em fim dos cortes da Selic, permanecendo estável nos atuais 10,50% ou até retomar o viés de alta em algum momento de 2025.

“A taxa implícita da Selic já está em alta, indicando a deterioração do cenário. Isso sig-

nifica que o Banco Central já deveria manter a atual taxa, como ocorreu, ou mesmo iniciar o ciclo de alta desde a última reunião, a de junho. Mais importante do que a taxa definida pelo Copom, aliás, é avaliar o voto de seus membros (na reunião de junho, houve consenso entre os membros, ao contrário da reunião anterior, de votos divididos no corte de





0,25 ponto percentual) para ter uma visão mais clara da política monetária”, assinala o economista Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do Banco Central e assessor econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

“Manter o equilíbrio fiscal, arrecadando mais do que se gasta para gerar um *superávit*, é essencial para reduzir a dívida pública e garantir a estabilidade econômica. Um alto endividamento pode aumentar a expectativa de inflação, limitar o crescimento econômico e elevar o desemprego”, destaca o texto da Conjuntura CNseg (nº 104), publicada em junho.

● ● ● CENÁRIO INCERTO

Em junho, o Copom, unanimemente, optou por interromper o ciclo de queda de juros, destacando que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas demandam maior cautela. Ressalta, ainda, que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

O tom mais conturbado da conjuntura econômica já era destacado desde a Ata do Comitê de Política Monetária de maio. Em sua avaliação do quadro externo, a ata descreve um ambiente mais adverso, sobretudo em razão do início da flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e a respeito da “velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países”.

A ata acrescenta que os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. Dessa forma, o Copom assinala que o cenário externo segue exigindo cautela por parte dos países emergentes.

No plano doméstico, os indicadores da atividade econômica e do mercado de trabalho apresentam dinamismo maior que o esperado. “A inflação cheia ao consumidor manteve trajetória de queda, enquanto medidas de inflação subjacente situaram-se acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes”, destaca a Ata do Copom.

O BC lembra que as expectativas de inflação para 2024 e 2025, apuradas pela pesquisa Focus,

encontram-se em torno de 3,7% e 3,6%, respectivamente. Já as projeções de inflação do Copom, em seu cenário de referência, situam-se em 3,8% em 2024 e 3,3% em 2025. Conclui que, em seus cenários para a inflação, coexistem fatores de risco em ambas as direções.

Entre os riscos de alta do processo inflacionário, o Copom enumera maior persistência das pressões inflacionárias globais e resiliência na inflação de serviços do que a projetada em virtude de um hiato do produto mais apertado. Em favor dos riscos de baixa, considera-se uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e o fato de os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado. “As conjunturas doméstica e internacional devem se manter mais incertas, exigindo maior cautela na condução da política monetária”, avalia o Copom.

“Uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária”, ratifica o documento.

PESQUISA DA FEBRABAN CAPTA MELHORA NAS PROJEÇÕES DE CRÉDITO

Esse quadro de incertezas já puxa as taxas de juros de financiamento, acredita o economista Carlos Thadeu de Freitas, mas não deve impedir o aumento das concessões no ano, de acordo com a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban, divulgada em junho.

“A pesquisa captou uma melhora nas projeções para o crescimento do crédito em 2024, na linha dos números relativamente positivos que temos visto na economia e no mercado de crédito neste início de ano. Contudo, nota-se que essa melhora foi concentrada nas carteiras com recursos direcionados, mais sensíveis às políticas públicas”, afirma Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban, acrescentando que, por outro lado, o desempenho esperado para o crédito livre ficou relativamente estável, provavelmente num sinal de cautela em relação à piora recente do ambiente econômico.

Segundo o estudo, a projeção de crescimento para a carteira de crédito neste ano registrou nova revisão positiva, de 8,8% (edição anterior) para 9,3%. O destaque para a nova estimativa ficou com a carteira direcionada — alta de 9,9% para 10,1% neste ano — com revisão positiva tanto na linha destinada às empresas (de +8,3% para +8,7%) como para as famílias (de +10,3% para +10,6%).

A carteira livre ficou praticamente estável, em 8,6% ante 8,5% da pesquisa de março, contando com expansões de 9,5% para a carteira de Pessoa Física e 7,5% para a de Pessoa Jurídica.



A Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban é realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e mostra a estimativa dos bancos para o comportamento de diversas variáveis da economia ao longo deste e do próximo ano. A edição de junho da pesquisa contou com a participação 18 bancos.

A inadimplência, tema também da pesquisa, apresenta ligeira desaceleração nas projeções. Na carteira Livre, apresentou melhora no ano, saindo de 4,5% para 4,4%.

“Com o desempenho do crédito em 2025, a projeção para a alta da carteira total ficou estável em 8,9%. De

um lado, houve revisão para cima na carteira com recursos direcionados (+9,1%, ante +8,9%) e, de outro, leve recuo na projeção de crescimento da carteira com recursos livres (+8,7%, ante +8,9%). Já para o próximo ano, a projeção da taxa de inadimplência ficou estável em 4,2%, indicando que a trajetória de queda deve seguir no ano que vem”, afirma o estudo.

Especialistas concordam que as incertezas no plano internacional começam a reduzir a paciência dos investidores com os problemas domésticos, principalmente no campo fiscal, identificando instrumentos insuficientes para promover o ajuste das contas públicas em um horizonte palpável.

NÍVEL BAIXO DE DESEMPREGO PODE IMPEDIR QUEDA DA TAXA SELIC NO FUTURO

Diretor do Banco Central do Brasil, Paulo Picchetti classifica de prematura qualquer menção à mudança de viés da Selic. Ao participar de seminário organizado pela FGV em junho, logo após a reunião do Copom que resultou em corte menor da Selic (0,25 ponto percentual), ele reconheceu que a atividade econômica surpreende positivamente, mas a trajetória de queda da inflação persiste, ainda que a expectativa do IPCA e a taxa implícita dos juros básicos, na margem, piorem.

Nesse encontro, especialistas que abordavam o mercado de trabalho no País concordaram que a taxa de desemprego mais baixa que o esperado pode se tornar um obstáculo para novas quedas futuras dos juros, sobretudo por tornar a inflação de serviços mais resiliente.

Tradicionalmente, a taxa de emprego e a da Selic seguem caminhos opostos. Com a Selic em queda, a tendência é de aumento das vagas de trabalho e redução do desemprego, porque, na prática, a redução na Selic estimula o consumo. Ao subir, a Selic mexe com a dinâmica de consumo e impacta o emprego, já que as empresas deixam de contratar e podem até começar a demitir, se houver esfriamento da atividade. No primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego situou-se em 7,9%, afetando um universo de 8,6 milhões de pessoas.

Em artigo, o economista Márcio Holland, professor na Escola de Eco-

nomia de São Paulo da FGV, destaca que o Brasil precisa passar por um programa de consolidação fiscal de médio prazo, baseado em corte de gastos públicos. Isso é necessário para que os resultados primários sejam suficientes para garantir uma trajetória sustentável da dívida pública.

Esse pacote de medidas saneadoras — que inclui revisão dos subsídios e subvenções de todos os programas de governo e a desvincu-

lação completa de gastos públicos, com o fim da indexação das despesas, etc. — traria benefícios a toda a sociedade brasileira, com oferta de crédito a juros mais baixos, empregos em setores de investimentos intensivos, como infraestrutura, e acesso a bens e produtos mais baratos, tendo em vista que uma das consequências mais extraordinárias de equilíbrio fiscal intertemporal é a inflação baixa.



USO DO SEGURO EM LICITAÇÕES AGORA GARANTE A CONCLUSÃO DAS OBRAS

Após a reformulação da lei que entrou em vigor em janeiro deste ano, a modalidade step-in estendeu a garantia até o término da obra. Relatório do TCU aponta 8,6 mil obras públicas inacabadas no País.

A CNseg iniciou um giro pelos estados brasileiros no ano passado, para apresentar aos governos locais as possibilidades de uso dos seguros em licitações, concessões e garantia de viabilidade de empreendimentos públicos. Para a entidade, o uso desta modalidade de serviço coloca no radar principalmente o Seguro Garantia, que poderia ajudar a ampliar o desenvolvimento do País e ainda evitar a paralisação de obras, por exemplo.

Os primeiros resultados dessas ações já estão sendo observados, como a inclusão de contratação do Seguro Garantia no edital de construção de 40 mil casas pela Prefeitura de São Paulo (SP) e, em outro caso, a mudança na legislação do Estado de Mato Grosso, que vai possibilitar a licitação de obras públicas no estado com previsão de Cláusula de Retomada no Seguro Garantia, com redução de valor no caso de empreendimentos de grande vulto.

Atualmente, o setor segurador já vem auxiliando, conjuntamente, outros atores de mercado e

governos federal e regionais na construção de propostas que devem ser observadas para regulamentação do *step-in* na Nova Lei de Licitações.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da CNseg, Esteves Colnago, o poder público em todas as esferas (federal, estadual e municipal) deve ficar atento à utilização do Seguro Garantia como um instrumento de desenvolvimento social e de infraestrutura.

O Seguro Garantia em obras públicas, até a reformulação da lei de licitações que entrou em vigor em janeiro deste ano, não previa a modalidade *step-in* — quando é dada a garantia até o término da obra.

“Para a empresa segurada é mais interessante terminar a obra do que pagar 30% do valor dela, por exemplo. Então, com a nova Lei de Licitações, essa modalidade pode ser uma novidade. Agora, há cláusula para finalizar o empreendimento com tendência para uma maior utilização desse seguro”, informou Colnago.

O diretor defende ainda que a CNseg mantenha um diálogo constante com diversos atores do País. Para ele, com esse tipo de regra, haverá uma redução no número de obras não entregues, inacabadas ou de baixa qualidade, porque a seguradora vai atuar como um fiscal natural.

“Se começar errado na execução ou não houver a entrega da obra, a seguradora é que vai assumir. Então, a aproximação do setor com os entes federativos vai permitir que outras parcerias sejam feitas em prol do desenvolvimento sustentável e econômico do País”, avalia Colnago.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentado no final de 2023, cerca de 8,6 mil obras públicas se encontram inacabadas no País, número que equivale a 41% do total de empreendimentos com utilização de recursos públicos. Em comparação aos últimos três anos, a porcentagem de obras paralisadas aumentou de 29%, em 2020, para 41% em 2023.



“A aproximação do setor com os entes federativos vai permitir que outras parcerias sejam feitas em prol do desenvolvimento sustentável e econômico do País.

Esteves Colnago, CNseg

● ● ● PRIMEIRA AÇÃO

A primeira ação foi junto à Prefeitura de São Paulo (SP). A Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) e a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab-SP) abriram uma licitação pública para a construção de mais de 40 mil unidades habitacionais e, com a contribuição técnica da CNseg, incluíram em suas regras a contratação do Seguro Garantia, que vai qualificar o empreendimento e assegurar o término das obras em tempo e qualidade, conforme edital público.

O assessor especial da Cohab-SP, Alfredo Santos, afirmou que o município precisava de outras garantias, como a tranquilidade de receber os imóveis na forma, na qualidade e no prazo contratados. “Para nós, é importante contar com a celeridade do agente privado, pois, em caso de paralisação da obra, podemos utilizar a estrutura, o conhecimento e a velocidade do parceiro na modalidade *step-in*”, afirmou.

*“É importante contar com a celeridade do agente privado, pois, em caso de paralisação da obra, podemos utilizar a estrutura, o conhecimento e a velocidade do parceiro na modalidade *step-in*.”*

Alfredo Santos, Cohab-SP

O Governo do Mato Grosso também lançou, em abril, a primeira licitação de obra pública do Brasil, incluindo no edital a de Cláusula de Retomada no Seguro Garantia. A modalidade permite que as seguradoras possam assumir obras cujos contratos tenham sido descumpridos pela empresa vencedora da licitação, garantindo a execução de obras com qualidade e dentro do prazo estipulado.

Para o governador do MT, Mauro Mendes, a parceria com o setor segurador reduz a burocracia. Segundo ele, essa alteração legislativa torna a administração pública mais eficiente, e a parceria vai auxiliar nisso, trazendo ao gestor público formas para economizar e investir em diversas ações em prol da população do Estado.

“Queremos que esse instrumento seja praticado em todos os outros processos no Estado. Contratar serviços com preço justo e capacidade técnica para garantir a execução qualitativa e no tempo previsto. Certamente, esse novo mecanismo, como dito pelos representantes do setor, é uma legislação eficiente e capaz de honrar os compromissos firmados em edital”, destacou.



INICIATIVA PIONEIRA

A cláusula de retomada, prevista em lei estadual do MT, irá permitir que as seguradoras possam assumir obras cujos contratos tenham sido descumpridos pela empresa vencedora da licitação.

“Certamente, esse novo mecanismo, como dito pelos representantes do setor, é uma legislação eficiente e capaz de honrar os compromissos firmados em edital.”

Mauro Mendes, governador do MT

Ao explicar a importância da alteração da norma que engloba o Seguro Garantia e cláusula de retomada, o procurador do Estado do Mato Grosso (PGE/MT), Carlos Eduardo Bonfim, apontou a importância do diálogo com técnicos do Governo estadual, da CNseg e da FenSeg.

Segundo ele, a redução do valor para obras de grande vulto (de R\$ 200 milhões para R\$ 50 milhões) foi muito importante, pois vai auxiliar as construtoras a procurar empresas que administram as obras de forma exitosa.

Para o presidente da FenSeg, Antônio Trindade, o Estado de Mato Grosso inova ao construir um mecanismo que possa servir de parâmetro para demais estados do País, auxiliando na redução de valores em obras de grande vulto e, consequentemente, construindo empreendimentos de qualidade em prol da população.

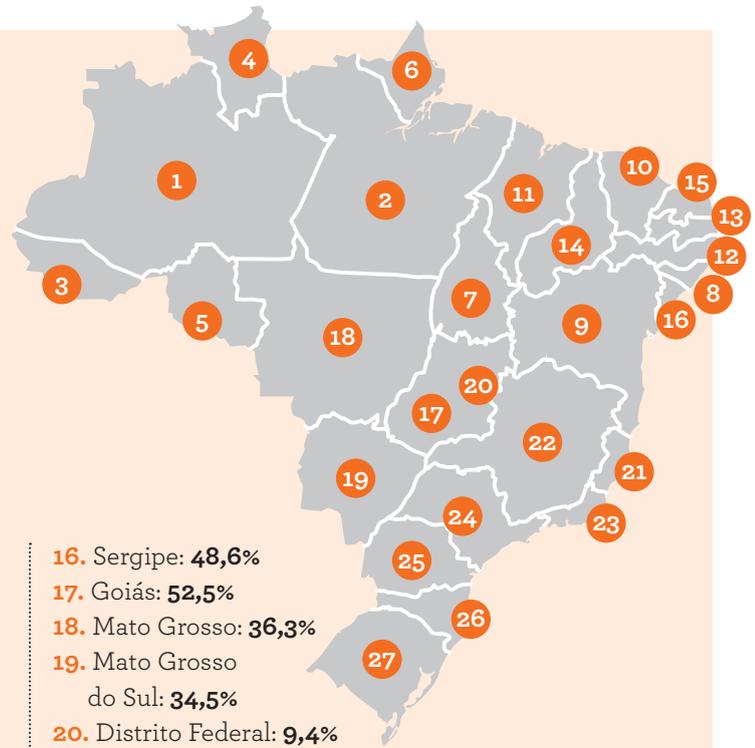
É uma modalidade de seguro que garante o cumprimento de obrigações contratuais, protegendo o contratante contra possíveis prejuízos,

caso o contrato não seja cumprido — e abrange diversas modalidades, adaptadas a diferentes necessidades, como garantia de execução de contrato, garantia judicial, adiantamento de pagamento e retenção de pagamento. Essencialmente, serve para mitigar riscos em transações comerciais e contratuais, oferecendo segurança financeira e operacional.

Desde 2023, a CNseg desenvolve um projeto de parcerias com os estados e municípios. O objetivo é promover projetos que possam auxiliar governos locais na área de infraestrutura com o Seguro Garantia no aprimoramento de editais, concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs).

Além disso, a Confederação quer manter o diálogo com todas as unidades federativas de modo a apresentar, de forma descentralizada, as mais viáveis soluções de desenvolvimento regional, incluindo também ações voltadas para o meio ambiente, a segurança, a inovação tecnológica e o auxílio, às famílias em situação de baixa renda.

Percentual de obras paralisadas por estado



- 1. Amazonas: 47,1%
- 2. Pará: 59,1%
- 3. Acre: 42%
- 4. Roraima: 28,1%
- 5. Rondônia: 35,9%
- 6. Amapá: 45,6%
- 7. Tocantins: 52,6%
- 8. Alagoas: 44,8%
- 9. Bahia: 46,9%
- 10. Ceará: 41,3%
- 11. Maranhão: 48,8%
- 12. Paraíba: 59,1%
- 13. Pernambuco: 39,9%
- 14. Piauí: 36,2%
- 15. Rio Grande do Norte: 44,5%
- 16. Sergipe: 48,6%
- 17. Goiás: 52,5%
- 18. Mato Grosso: 36,3%
- 19. Mato Grosso do Sul: 34,5%
- 20. Distrito Federal: 9,4%
- 21. Espírito Santo: 7,9%
- 22. Minas Gerais: 36,9%
- 23. Rio de Janeiro: 38,5%
- 24. São Paulo: 32,2%
- 25. Paraná: 28,1%
- 26. Santa Catarina: 38,9%
- 27. Rio Grande do Sul: 28,5%

PAÍS TEM 41% DAS OBRAS INICIADAS SEM CONCLUSÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou, em outubro do ano passado, o processo que analisa a gestão de obras paralisadas que envolvem recursos do orçamento da União. O Brasil tem 8,6 mil projetos interrompidos, de um total de 21 mil obras existentes. Os dados estão disponíveis no painel de obras do TCU.

Em comparação com os últimos três anos, a percentual de obras paralisadas aumentou de 29%, em 2020, para 41%, em 2023. Vale observar que, no mesmo período, a quantidade total de obras diminuiu significativamente (6.119 obras a menos), apesar do aumento do investimento previsto. O valor total de recursos investidos passou de R\$ 75,95 bilhões em 2020, para R\$ 113,65 bilhões em 2023.

A análise do TCU concluiu que o cenário é reflexo da fragmentação e da insuficiência na coordenação, planejamento, priorização, monitoramento e avaliação da gestão das carteiras de obras paralisadas por parte dos órgãos de Governo no período de 2019 a 2022. A avaliação é que falta uma visão global e estratégica para o problema. O volume de recursos fiscalizados foi de R\$ 27,22 bilhões, resultado da soma dos contratos de investimento no período.

O ministro relator do processo, Vital do Rêgo, enfatizou o impacto da paralisação das obras para a sociedade e o papel do TCU. “Esses problemas têm gerado impactos diretos e indiretos na população. Afinal, além do desperdício dos recursos públicos investidos, a paralisação impede a população de usufruir benefícios de



cada bem público não concluído. O TCU vai monitorar o cumprimento das determinações do acórdão e continuar atento para contribuir com a construção de soluções para essa questão tão sensível à sociedade brasileira”, afirmou durante a leitura do voto.

As obras paralisadas incluem a construção e ampliação de escolas, estradas e hospitais, entre outros. O setor mais prejudicado é o da educação básica, com 3.580 obras paralisadas. Em seguida, vem o de infraestrutura e mobilidade urbana, com 1.854 empreendimentos parados, e o da saúde, com 318 obras inacabadas. A finalidade do levantamento do TCU é melhorar as políticas públicas por meio da retomada das obras, medida essencial para a prestação de serviços ao cidadão.

Além das ações adotadas pela Casa Civil da Presidência da República, a auditoria também analisou as medidas do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e do extinto Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias>

Ano	2020	2023
Obras existentes	27.126	21.007
Em execução:	19.264	12.404
Paralisadas:	7.862	8.603
Investimento:	R\$ 75,9 bi	R\$ 113,6 bi

UMA CÚPULA EM PROL DE SEGUROS SUSTENTÁVEIS DIANTE DE RISCOS CLIMÁTICOS

Evento realizado nos Estados Unidos discutiu atribuições do mercado e as perspectivas de negócios em um quadro de eventos extremos mais intensos e frequentes do clima.

A Cúpula Global de Seguros Sustentáveis, realizada na Califórnia, nos Estados Unidos, em 9 e 10 de abril, serviu para colocar todos na mesma página sobre mecanismos para manter coberturas acessíveis e disponíveis do mercado segurador global, em meio a um cenário de crescentes perdas causadas por eventos climáticos. Em dois dias de evento, especialistas, acadêmicos, ONGs e reguladores de todo o mundo discutiram o papel e as perspectivas de seguros e de outros mecanismos financeiros em um cenário de frequência e severidade crescentes dos danos climáticos.

A delegação da CNseg, chefiada pelo presidente Dyogo Oliveira, participou da Cúpula para tratar de parcerias e obter informações sobre inovações na política de subscrição de riscos climáticos e de mecanismos para mitigá-los, além de apresentar as iniciativas promovidas pelo mercado brasileiro no campo da sustentabilidade.

No painel “Ampliando a Sustentabilidade em Seguros”, Dyogo Oliveira apresentou documento que planeja orientar as ações institucionais para fomentar práticas mais sustentáveis e a sinergia entre as agendas de sustentabilidade e relações de consumo.

O “Roadmap de Sustentabilidade em Seguros da CNseg” contém três eixos principais que refletem necessidades e desafios específicos de Seguros



ros Gerais, Previdência Privada, Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, conectados às questões ambientais, sociais e de governança.

Os eixos incluem a promoção de uma transição justa para uma economia sustentável e de baixo carbono; o estímulo à resiliência da sociedade frente às mudanças climáticas; e a promoção da inclusão e do combate à desigualdade. “Sabemos que a transição climática tem diferentes implicações em níveis nacional, regional e global e que não há resposta simples. Por isso, o setor segurador desempenha um papel importante neste processo, construindo produtos e serviços para melhor gerenciar os riscos crescentes a que estamos expostos devido às mudanças climáticas”, disse Dyogo Oliveira, em sua apresentação.

Ricardo Lara, comissário do Departamento de Seguros da Califórnia (a Susep estadual), parabenizou o road-

map brasileiro e destacou a importância dessas ferramentas na construção de soluções globais.

Em outro painel — “Não deixando ninguém para trás: Inclusão financeira e fechando as lacunas de proteção frente às mudanças climáticas” — o presidente da CNseg detalhou os principais pontos do Seguro Social contra Catástrofes, em debate com o Governo brasileiro e o Congresso Nacional, apontando-o como instrumento efetivo de proteção e amparo financeiro para a população atingida pelos desastres provocados por chuvas, inundações, alagamentos ou deslizamentos.

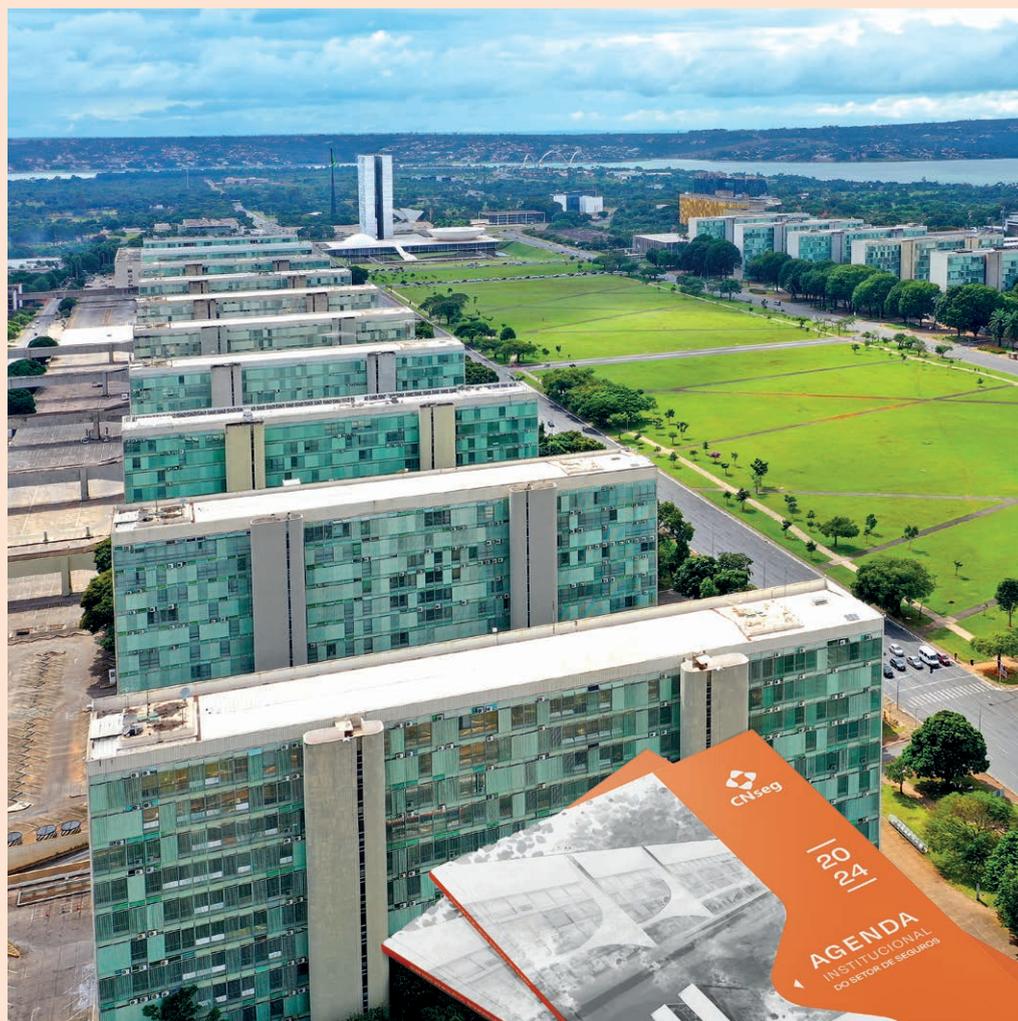
A Cúpula Global de Seguros Sustentáveis foi uma realização conjunta do Departamento de Seguros do Estado da Califórnia e da Ceres, organização sem fins lucrativos para a sustentabilidade do mercado de capitais.

ESTRELA A TEMPORADA 2024 DA AGENDA INSTITUCIONAL DE SEGUROS DA CNSEG

A 2ª edição da Agenda Institucional do Setor de Seguros, documento que reúne pautas, propostas e projetos de interesse do setor segurador, foi lançada pela CNseg em abril. O *paper* reúne medidas em consolidação ou amadurecimento no Executivo e no Legislativo, capazes de elevar o grau de desenvolvimento do País, a resiliência de atividades econômicas e a abrangência da proteção das pessoas e o bem-estar de todos.

Nesse sentido, estão no radar do mercado tópicos dos mais variados, como adequação dos editais e aperfeiçoamento da Lei de Licitações e Seguro Garantia, para permitir uma atuação proativa do setor em novas concessões de obras públicas, e ou parcerias público-privadas para execução de projetos e oferta de seguros para mitigar riscos climáticos.

O novo marco legal dos seguros, discutido no Senado, é outro tema destacado no documento da CNseg, assim como matérias sobre alterações no Seguro Rural, como a criação de um fundo de estabilização, e a regulamentação do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH), para benefício de milhares de mutuários que aguardam resolução sobre imóveis que se encontravam em situação de risco. A CNseg propõe ainda parcerias com órgãos públicos federais para treinar seus funcionários, a fim de ampliar o conhecimento sobre o mercado segurador e uso de seguros nas rotinas operacionais do Governo.



O documento também joga luzes sobre a regulamentação da Inteligência Artificial e identifica pontos de ajustes necessários no texto que tramita no Congresso, dado o risco de criar empecilhos ao bom funcionamento do mercado segurador.

O evento de lançamento da Agenda Institucional ocorreu em Brasília, em 17 de abril, e reuniu lideranças e executivos do mercado, parlamentares e representantes do Governo Federal. Na ocasião,

Dyogo Oliveira classificou a Agenda Institucional como uma conquista importante para o setor, pois apresenta à sociedade, de forma organizada, os temas fundamentais para ampliação da oferta de seguros em todo o País.

MERCADO ACENA COM CESTA DE SEGUROS DE OBRAS PARA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA

Objetivo do Grupo de Trabalho é dar suporte e impulso ao novo PAC e à Neoliberalização, eixos centrais das oportunidades de crescimento econômico do País.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) pretende abrir audiência pública para a sociedade civil discutir o Relatório Final do Grupo de Trabalho "Seguros, Novo PAC e Neoliberalização", publicado em abril. A próxima fase é elencar as prioridades que emergem desse novo relatório, que contou com a participação de entidades do setor público, da iniciativa privada e de especialistas do setor.

A autarquia convocará debates específicos e estruturais focados no conteúdo com parceiros como a CNseg, a Fenacor e a Associação Nacional de Resseguradoras, entidades de defesa do consumidor e representantes dos grandes consumidores de seguro como as Confederações Nacionais da Indústria (CNI), dos Transportes (CNT), da Agricultura (CNA) e das Instituições Financeiras (CNF).

Segundo o superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, durante as discussões no âmbito do GT foram ouvidos diversos atores do mercado, e o resultado está no site da autarquia para que o cidadão possa acessar e tomar conhecimento. "O

relatório foi construído com base no diálogo, da mesma forma que as prioridades elencadas e a produção das normas regulatórias que emergem desse relatório. A política da Susep é dialogar para que seja o espelho dos instrumentos dos anseios dos participantes do mercado", afirmou.

O Grupo de Trabalho (GT) foi constituído, em setembro de 2023, com a finalidade de discutir e propor recomendações de aperfeiçoamento regulatório de produtos e coberturas securitárias capazes de dar suporte e impulso ao novo programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à nova política industrial (Neoliberalização), ambos em andamento, e eixos centrais das oportunidades de crescimento econômico para a sociedade brasileira.

O objetivo do GT do relatório foi criar um canal de interlocução, diálogo e busca de consensos entre seguradores, segurados, corretores, participantes do mercado, especialistas e autoridades públicas, para a construção de alternativas capazes de impulsionar o seguro como instrumento de desenvolvimento econômico nacional vibrante no curto prazo e sustentável no longo prazo.

Julia Lins, diretora da Susep e encarregada pela organização final do relatório, afirma que a "obrigação agora é colocar esse relatório de pé" com a criação de critérios, índices e indicadores estratégicos para avaliação dos efeitos e objetivos desse documento. "Enfim, verificar se estão sendo produzidas normativas adequadas e a eficácia delas no mercado real".

"Nossa obrigação agora é colocar esse relatório de pé e verificar se estão sendo produzidas normativas adequadas, e a eficácia delas no mercado real".

Julia Lins, Susep



“O seguro é muito importante tanto para a infraestrutura como para as inovações tecnológicas como incentivador e até mesmo amenizador das instabilidades.”

Alessandro Octaviani, Susep

Próximos passos da Susep em relação ao relatório do GT:

- **Análise Interna:** a Susep fará uma análise interna detalhada do relatório, revisando as recomendações e avaliando sua viabilidade e impacto no mercado de seguros.
- **Consulta externa:** a autarquia buscará *feedback* adicional de partes interessadas externas, como representantes do setor de seguros, associações do setor e outros órgãos reguladores, para garantir uma visão abrangente das recomendações do relatório.
- **Desenvolvimento de regulamentações:** com base nas conclusões do relatório e nas contribuições recebidas, a Susep poderá ser iniciado o processo de desenvolvimento de regulamentações ou diretrizes que implementem as recomendações do GT.
- **Comunicação com o setor:** a Susep comunicará com o setor de seguros para informar sobre os próximos passos e garantir que as partes interessadas estejam cientes das mudanças planejadas e tenham a oportunidade de fornecer *feedback* adicional.
- **Monitoramento e avaliação:** após a implementação das recomendações, a Susep monitorará de perto sua eficácia e impacto no mercado de seguros, realizando avaliações regulares para garantir que estejam alcançando os objetivos desejados.

“O seguro é muito importante tanto para a infraestrutura como para as inovações tecnológicas, como incentivador e mesmo amenizador das instabilidades. E essa é a missão da Susep: fazer com que o seguro seja um instrumento adequado a esse novo ciclo de desenvolvimento do País”, avalia Otaviani.

O superintendente acrescenta que “o País tem 20% da atual frota total de veículos segurada e menos de 10% de terras agricultáveis protegidas pelo seguro. Temos que ir em busca desses 80% restantes e aumentar a oferta e a demanda por seguro”, resume.

O relatório destaca que pelo menos cinco ramos de seguros são apresentados como estratégicos para atender às necessidades de cobertura do novo PAC e da reindustrialização: Seguro Garantia; Responsabilidade Civil Geral; Riscos de Engenharia; Riscos Operacionais/Nomeados e Transporte.

O documento final traz um compilado de discussões e questionários respondidos por mais de 50 participantes, além do mapeamento completo das oportunidades de melhorias relacionadas aos seguros aptos a suportar os ciclos de investimentos do novo PAC e da Neoindustrialização.

A expectativa é que as oportunidades de melhorias identificadas pelo relatório possam subsidiar futuras análises e alterações regulatórias, nos limites legais de atuação da autarquia, de modo a colaborar para o adequado desenvolvimento do País.



NOVAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS NO RELATÓRIO DE SEGUROS DE INFRAESTRUTURA, NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSPORTES:

- Melhor capacitação do parcelamento público e privado quanto às modalidades de seguros e respectivas coberturas;
- Falta de clareza quanto às cláusulas e procedimentos que dificultem ou mesmo impeçam a efetividade do contrato de seguro;
- Transparência dos custos associados aos seguros para todas as partes envolvidas e de adequação da cobertura à realidade concreta da operação;
- Adaptação do mercado segurador às novas realidades experimentadas nos setores de infraestrutura e indústria e de diálogo relacionado a sinistros complexos e emergentes;
- Acelerar a oferta e a concorrência de produtos especializados no segmento de infraestrutura urbana e social, com capacidade e autonomia para assumir riscos previstos nos contratos;
- Pouca divulgação e baixa oferta dos produtos;
- Custo elevado do valor do prêmio e das franquias do seguro;
- Melhoria na gestão dos sinistros e do atendimento ao segurado no momento de regulação e liquidação dos sinistros;
- Diálogo entre seguradoras e resseguradoras para melhoria da aceitação e gestão de riscos;
- Maior capacidade do mercado de resseguros e o estabelecimento de um ambiente de competição para esse mercado;
- Uso da tecnologia para aprimorar a avaliação dos riscos.
- Melhorias regulatórias;
- Adequação dos produtos ofertados para o transporte de novas tecnologias, soluções e produtos inovadores, e insumos estratégicos da cadeia do complexo industrial da saúde (ex: enzimas e anticorpos).



SETORES ESTRATÉGICOS

Jéssica Bastos, diretora da Susep, que participou de todas as reuniões, conta que o Seguro Garantia foi discutido em quase todos os grupos e tem sido central e demandado em setores estratégicos como desenvolvimento de infraestrutura, de novas tecnologias e adensamento tecnológico para diminuir assimetrias de informação.

"O Seguro Garantia não é apenas uma garantia financeira, ele cumpre um papel desde o momento da subscrição do risco até o final ao momento do sinistro. Esse seguro pode prestar um serviço de auxiliar o beneficiário a se debruçar sobre o risco e entender a capacidade econômica e técnica do tomador. Ali já se consegue demonstrar sua expertise de gestão de risco. Durante a execução do contrato, também pode ter o papel de fiscal, a fim de evitar o sinistro", explica.

Segundo Jéssica Bastos, ainda será lançado o Manual do Seguro Garantia "um documento vivo que tem sido atualizado à medida que haja demanda. Esperamos o aumento do engajamento da sociedade civil nessas atualizações".

Todos os diretores da Susep são unânimes em defender a realização de audiência pública para a sociedade civil. "As audiências são importantíssimas para a área de regulação da Susep, assim como a educação financeira é até para o grande segurado, mesmo que seja o Estado", afirma Jéssica.

Para ela, a assimetria de informação é grande no setor e existe demanda por maior capacitação e educação financeira. "Não tem um mecanismo melhor de regulação do mercado do que um consumidor bem-informado", conclui.

A urgência e a atualidade do tema podem oferecer *insights* valiosos sobre como os seguros podem ser utilizados para mitigar os impactos da calamidade pública no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, ao identificar os ramos de seguros estratégicos, como o Garantia e o de Responsabilidade Civil Geral. O relatório pode fornecer orientações sobre como as coberturas dos seguros devem ser adaptadas para atender às necessidades específicas do Estado em situações de crise.

Além disso, os aperfeiçoamentos sugeridos no relatório podem incluir medidas para tornar as apólices de seguro mais acessíveis e abrangentes,

ajudando a proteger empresas e indivíduos contra os riscos associados à calamidade pública. Ao implementar as recomendações do relatório, as autoridades do Rio Grande do Sul podem fortalecer a resiliência do Estado e melhorar sua capacidade de resposta a emergências futuras.

"O Seguro Garantia não é apenas uma garantia financeira, ele cumpre um papel desde o momento da subscrição do risco até o final ao momento do sinistro."

Jessica Bastos, Susep

DANOS NA FIAÇÃO SÃO A PRINCIPAL CAUSA DE ACIDENTES ELÉTRICOS

Região Nordeste lidera número de mortes por choques elétricos, mas acidentes com fogo são mais comuns na Região Sul e costumam envolver crianças e idosos.

A falta de manutenção, de conhecimento e de cautela dos brasileiros sobre os riscos causados por equipamentos elétricos cria um cenário perfeito para a ocorrência de acidentes que podem causar incêndios e mortes. No Brasil, os casos aumentam a cada ano. Segundo a Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade (Abracopel), foram 2.089 incidentes no ano passado, envolvendo choques, incêndios e raios, e 781 mortes no País. Em 2022, houve registro de 1.828 incidentes e 686 mortes.

A principal causa dos acidentes fatais não tem sido o choque elétrico em si, mas os incêndios que frequentemente acontecem em virtude do número de equipamentos ligados em uma mesma tomada, em imóveis cuja manutenção não está em dia, causando um efeito dominó. A sobrecarga elétrica gera superaquecimento nos equipamentos e derrete os fios – que, se estiverem próximos a cortinas, tapetes ou sofás, podem causar incêndios. Após a pandemia e com a con-

solidação do trabalho híbrido, as pessoas passaram a ficar mais em casa, e os casos aumentaram.

“Os equipamentos são instalados sem muito critério ou atenção à capacidade elétrica do imóvel. Com o calor intenso, muitos instalam aparelhos de ar-condicionado ou usam os modelos portáteis, que são altamente potentes, sem saber se a fiação elétrica é dimensionada para receber essa carga. A falta de conhecimento leva a riscos que geram acidentes muitas vezes fatais”, relata o engenheiro e diretor executivo da Abracopel, Edson Martinho.

Grande parte das mortes por choque elétrico e incêndio acontece na Região Nordeste, mas o maior número de acidentes com fogo ocorre no Sul do País, observa Martinho, que credita o problema à questão comportamental das pessoas. “Os acidentes atingem mais as crianças, que não têm capacidade de tomar decisão com segurança, e os idosos, que geralmente têm mobilidade reduzida”, diz ele.

Já na Região Sul, a questão climática é levada em conta. Com períodos extremos de calor e frio, as pessoas acabam usando ar-condicionado

e aquecedor, equipamentos que demandam potência da rede elétrica, e ficam ligados por dias a fio, dependendo da época.

“Os equipamentos são instalados sem muito critério ou atenção à capacidade elétrica do imóvel. A falta de conhecimento leva a riscos que geram acidentes muitas vezes fatais.”

Edson Martinho, Abracopel

“Os acidentes se originam da sobrecarga dos equipamentos, uso inadequado de extensões e fios mal dimensionados, que geram curto-circuito. A instalação elétrica de um imóvel deve passar por revisão a cada cinco anos, com profissional capacitado para isso”, sugere Martinho.

As estatísticas da Abracopel mostram que os incêndios acontecem normalmente em casas — e os casos mais comuns de choque elétrico envolvem pedreiros, pintores e eletricitas que tocam sem precaução (ou por falta de conhecimento) em fios da rede de distribuição de energia.

REFLEXO NOS SEGUROS

Os números da Abracopel reforçam uma tendência observada pelo setor de seguros: o aumento da sinistralidade em coberturas de incêndio de causa elétrica no Brasil. Os números de prêmio e indenizações de seguros que englobam esse tipo de proteção refletem isso.

Segundo a FenSeg, o ramo Empresarial arrecadou, em fevereiro de 2024, R\$ 309 milhões, crescimento de 9,5% em relação ao mesmo mês de 2023. Em indenizações, foram pagos R\$ 169 milhões no período. Já o Residencial arrecadou R\$ 476 milhões, aumento de 28,3%, e sinistralidade de R\$ 147 milhões. No de Condomínio, foram R\$ 56 milhões arrecadados, expansão de 31%, e indenizações pagas no valor de R\$ 37 milhões.

“As coberturas mais demandadas entre 2022 e 2023 foram para incêndios, danos elétricos e vendavais. O aumento da incidência gera uma preocupação maior entre as famílias”, afirma Magda Truvilhano, vice-presidente da Comissão de Patrimoniais Massificados da FenSeg.

De fato, o brasileiro está contratando mais os seguros residenciais. A conclusão é de levantamento feito pela FenSeg, que apontou aumento de 25% no Índice de Penetração (IP) deste seguro entre 2017 e 2021. A participação, que era de 13,6% no primeiro ano da série, pulou para 17% no último ano, o que representa 12,7 milhões de residências seguradas em todo o País. O número ainda é bai-



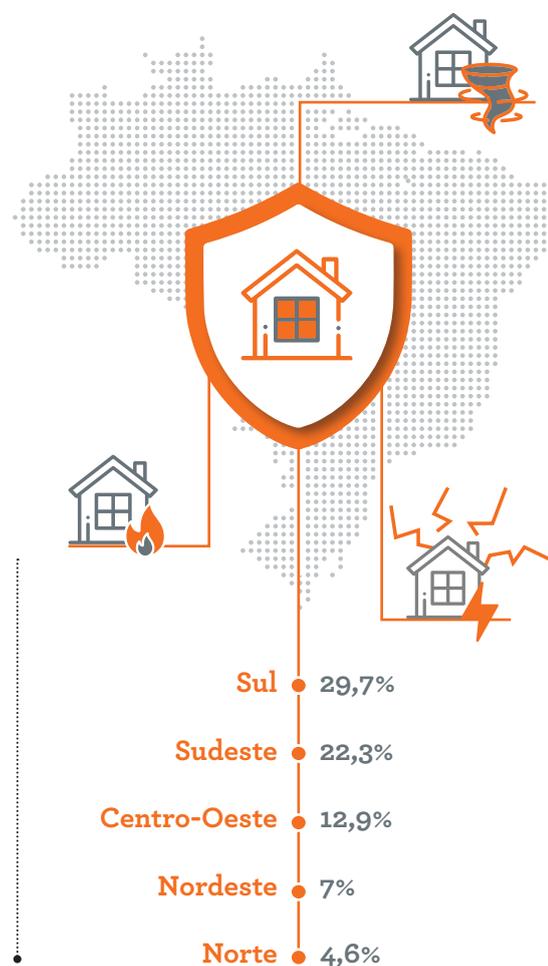
“As coberturas mais demandadas entre 2022 e 2023 foram para incêndios, danos elétricos e vendavais. O aumento da incidência gera uma preocupação maior entre as famílias.”

Magda Truvilhano, FenSeg

xo, mas tende a crescer continuamente em virtude das alterações climáticas, ressalta Magda.

A liderança na contratação dos seguros entre os estados fica com o Rio Grande do Sul, com 38,6%, à frente de São Paulo (29%), Santa Catarina (27,1%), Paraná (22,7%) e Distrito Federal (21,8%). “A Região Sul lidera por causa da conscientização maior da população. Isso é resultado do fato de a região ser mais atingida por eventos naturais, mas é importante frisar que as mudanças climáticas têm atingido o País todo”, comenta Magda.

TOTAL DE DOMICÍLIOS SEGURADOS POR REGIÃO



COMO O CRIME ORGANIZADO AFETA A ECONOMIA NACIONAL

Somente com o roubo de cargas, o País registra um prejuízo anual que ultrapassa R\$ 1,2 bilhão. No ano passado, foram mais de 17,1 mil ocorrências, aumento de 4,8% na comparação com 2022.

Índices alarmantes de violência estão expostos para quem quiser ver, seja no Rio de Janeiro, seja nos outros estados do País. Combater o crime organizado deve ser a prioridade dos governantes, fazendo uso da inteligência humana, como o Disque Denúncia, ou da inteligência de sinais e da tecnologia, para que os índices de criminalidade sejam reduzidos.

No dia 23 de outubro do ano passado, o Rio de Janeiro viveu mais um triste capítulo na crise da segurança pública, quando 35 ônibus e uma composição da Supervia foram incendiados por criminosos, na Zona Oeste da cidade. Os ataques foram feitos em represália à morte do sobrinho do maior líder da milícia – o Zinho – na Comunidade Três Pontes, durante uma operação policial, também na Zona Oeste. A ação orquestrada pelo miliciano deixou clara, lamentavelmente, a organização e a velocidade da resposta do crime organizado às ações policiais.

Diante deste cenário local e de tantas outras manifestações do crime organizado País afora, fica evidente o quanto a economia está fragilizada perante a insegurança e a violência, o que limita e atrasa seu crescimento. O crime orga-

nizado está espalhado por diversos setores: na construção civil, o que afeta diretamente questões ambientais, no comércio ilegal de bebidas, de cigarros e de produtos piratas, na distribuição de gás desviado da concessionária e na extorsão de comerciantes.

O crime organizado se beneficia de um “negócio” muito lucrativo. É o lucro do mal, aquele explorado por criminosos sobre cobrança de taxas de serviços e produtos e, portanto, cada vez mais disputado por facções criminosas e grupos de milicianos, com o objetivo final da conquista e do domínio de territórios.

A violência é um problema social e um obstáculo para o crescimento econômico no País. Para diminuir os prejuízos e atenuar a violência, empreendedores contratam empresas privadas de segurança ou a proteção de seguros para suas lojas, para que se sintam mais protegidos — mas acabam, dessa forma, desembolsando mais dinheiro.

O crescimento exponencial das organizações criminosas no Brasil demonstra que, atualmente, o objetivo final das facções, incluindo a milícia, é a conquista e defesa de territórios. Essa afirmação tem como base a situação atual da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro, onde 59,7% da população reside em áreas dominadas por facções ou milícias, de acordo com a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em nível nacional, podemos mencionar o acolhimento de diversos criminosos de outros estados pela facção Comando Vermelho (CV). Essas facções estão adotando o *modus operandi* do Comando Vermelho e retomando a seu es-

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 59,7% da população vive em áreas dominadas por facções ou milícias que disputam o controle de territórios, de acordo com levantamento da UFF.



tado de origem buscando o domínio de novos territórios, expandindo o poder da facção carioca para alguns outros territórios do Brasil.

Moradores de comunidades são extorquidos e pagam taxas mensais às facções, que os obrigam a utilizar apenas os serviços oferecidos ilegalmente pelo crime, como o fornecimento de água, luz, TV a cabo, internet, gás e todos os serviços furtados das concessionárias. E não foi contabilizada a receita de vendas de drogas.

Pequenos ou grandes comércios, como farmácias, padarias, mercados e restaurantes, também são alvos de extorsão por parte de criminosos. Além de pagar taxas, são obrigados a comprar mercadorias provenientes do roubo de cargas.

Com essa receita mensal, que extrapola a casa de bilhões de reais, os criminosos fazem compra de armamentos pesados a fim de defender seu território e enfrentar o poder público, constroem barricadas e pagam propinas e subornos a agentes públicos e de concessionárias. Esse projeto que está sendo expandido pelo Brasil, já com reflexos em alguns países da América do Sul, como o Paraguai.

Apesar de os novos números mostrarem uma redução nos índices, em 2023 o País registrou

mais de 17,1 mil roubos de cargas, um crescimento de 4,8% na comparação com o ano anterior. De acordo com os cálculos da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, o prejuízo anual ultrapassa R\$ 1,2 bilhão.

Entre os tipos de cargas mais roubadas estão alimentos, combustíveis, produtos farmacêuticos, autopeças, cigarros, bebidas, eletroeletrônicos, pneus, materiais de construção, aços e mercadorias de e-commerce.

Só em 2022, o Brasil registrou prejuízo de R\$ 453 bilhões com movimentações ilegais. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram que o dano foi causado por contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de impostos e furto de serviços públicos.

Esses números impactam diretamente a economia brasileira, afastando investidores e empresas estrangeiras. É necessária uma ação pública integrada para frear a expansão dessas organizações criminosas. As leis precisam ser revistas e, principalmente, ser cumpridas. Não é aceitável que um criminoso com diversas passagens pela polícia esteja na rua. É necessária uma ação das

forças de segurança nas comunidades a fim de retomar o controle dos serviços de concessionárias que foram extorquidos pelos criminosos e de devolver o direito de ir e vir à população local.

(*) Presidente do Instituto MOVRIIO - coordenador-geral do Disque Denúncia no Rio de Janeiro

Segundo a CNI, movimentações ilegais, como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal, sonegação de impostos e furto de serviços públicos, causaram prejuízos de R\$ 453 bilhões, em 2022.

“TEM SEGURO DE...?”

[Por: André Felipe De Lima Fotos: Divulgação, Banco de Imagens]

O QUE MUITOS IGNORAM, MAS PRECISAM SABER SOBRE O SEGURO DE VIDA

Carteira oferece coberturas adicionais para doenças graves ou antecipação especial por doença e diárias por incapacidade temporária dos segurados.

● ● ● Por que a cobertura para doenças graves ou antecipação especial por doença e as diárias por incapacidade temporária (DIT), ambas disponíveis no Seguro de Vida, são pouco conhecidas do grande público? A *Revista de Seguros* foi atrás das respostas e ouviu o professor José Varanda, coordenador de Graduações da Escola de Negócios e Seguros (ENS).

“Essas coberturas são menos conhecidas porque os seguros de Vida são tradicionalmente associados à morte, que é a principal preocupação da maioria das pessoas ao contratar a proteção do seguro. Além disso, a complexidade e os detalhes específicos das coberturas adicionais podem não ser amplamente divulgados ou explicados de forma clara pelas seguradoras e corretores aos clientes, o que contribui para limitar o conhecimento do grande público”, afirma Varanda.

Nesse sentido, o professor da ENS lembra que várias ações vêm sendo feitas para alterar esse quadro. Diversas seguradoras adotam estratégias para aumentar a conscientização das coberturas, como campanhas educativas focadas nos benefícios das coberturas adicionais, com uma linguagem mais acessível, treinamento de corretores para oferecer proativamente essas opções aos clientes.

“Além disso, corretores e seguradoras têm utilizado canais digitais e mídias sociais para disseminar informações para a sociedade. A eficácia dessas estratégias varia entre as seguradoras, mas muitas já reconhecem a importância de educar seus



clientes e têm investido em melhorias na comunicação e no marketing de seus produtos”, diz o especialista.

● ● SUPORTE FINANCEIRO ● ●

As duas coberturas são, contudo, facultativas. A de “doenças graves ou antecipação especial por doença” permite ao segurado receber um pagamento antecipado em caso de diagnóstico de doenças graves previamente definidas na apólice, como câncer, infarto, AVC e outras.

É, geralmente, uma cobertura facultativa que pode proporcionar um suporte financeiro significativo em momentos de grande necessidade, ajudando a cobrir despesas médicas, tratamentos ou até ajustes no estilo de vida devido à doença.

As principais doenças graves para as quais comumente o mercado oferece cobertura são: o câncer, o infarto, o AVC, o Alzheimer, a mal de Parkinson, a insuficiência renal crônica e as doenças coronarianas graves entre outras, dependendo da opção do segurado perante as alternativas oferecidas pelas seguradoras.

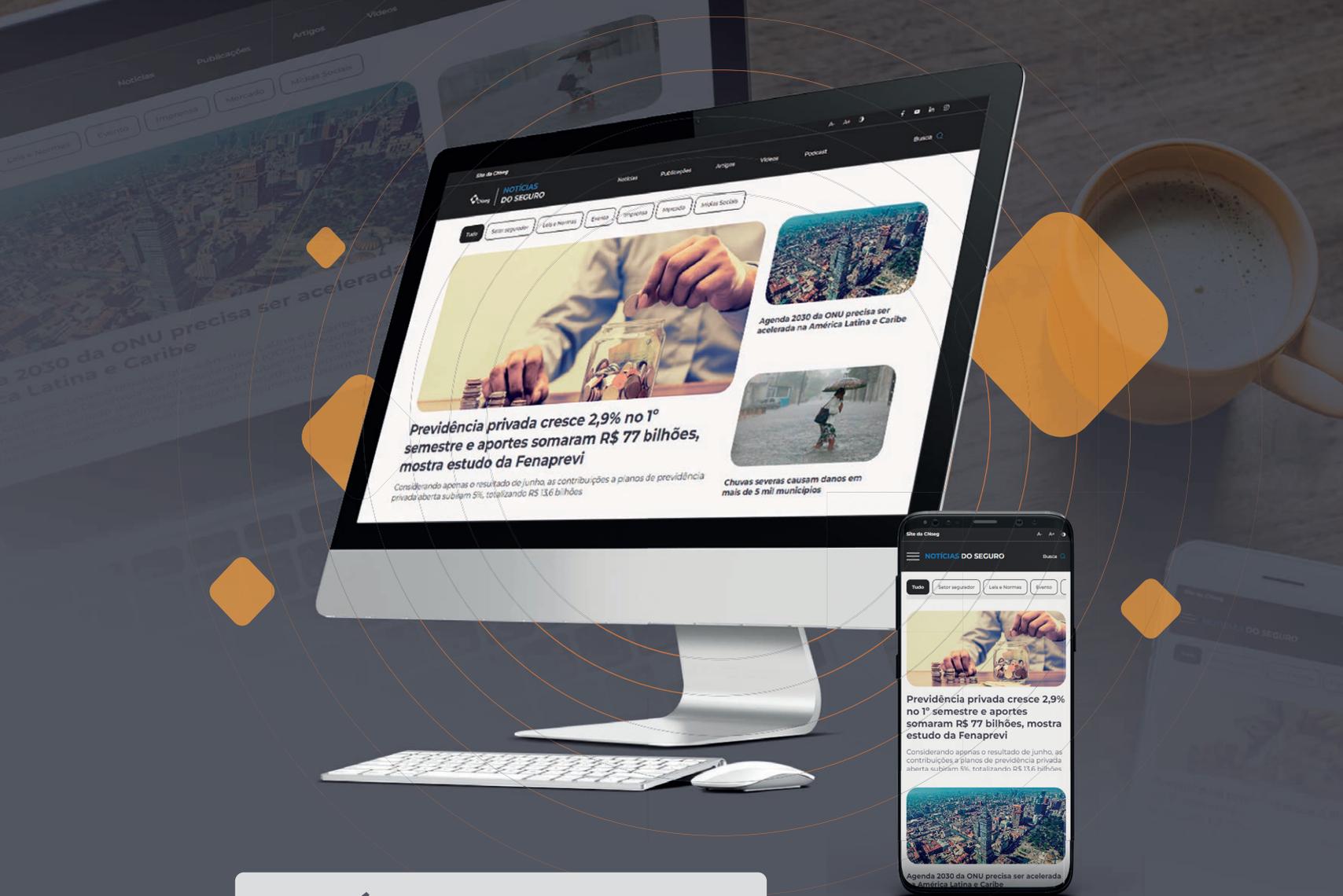
“Muitas seguradoras já reconhecem a importância de educar seus clientes e têm investido em melhorias na comunicação e no marketing de seus produtos.”

José Varanda, ENS

Quanto à cobertura para diárias por incapacidade temporária (DIT), essa garantia é acionada quando o segurado fica impossibilitado de exercer suas atividades profissionais por um período determinado, em virtude de doença ou de acidente.

Diversas são as causas que podem gerar essa incapacidade, como infecções graves, fraturas, cirurgias, doenças crônicas em fase aguda e outras, mas que devem estar previstas como cobertas nas cláusulas da apólice.

“Essa cobertura também abrange acidentes que causem a incapacidade temporária para o trabalho”, explica Varanda. Essa cobertura, geralmente, oferece o pagamento de diárias por um período predefinido na apólice, variando de 30 a 180 dias, em média.



NOTÍCIAS DO SEGURO

O essencial do mercado em um só lugar.

Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

noticiasdoseguro.org.br





SOLUÇÕES DA CNSEG PARA O MERCADO SEGURADOR

Infraestrutura de ponta,
segura, robusta e
sustentável;

Ferramentas de busca,
filtros e personalização na
entrega de dados;

+ 140 clientes com
soluções específicas para
cada ramo do seguro;

Dados do mercado segurador
compartilhados e consolidados em
um data lake, com série histórica e
dashboards interativos com a
visão de mercado;

Soluções com informações
preditivas baseadas em **Machine
Learning, IA e Data Analytics;**

Equipe de especialistas dedicados
para atendimento, conforme a
necessidade da associada;

Atualização **em tempo real** de
dados nos sistemas;

Governança e compliance
em relação à regulação, em
conformidade com a LGPD;

Soluções que previnem,
identificam e **combatem fraudes**
e outras irregularidades.

Saiba mais:



Entre em contato:
comercial@cnseg.org.br

